



Relatório Anual da Administração 2020

Jacinto Machado, abril de 2020

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO DA COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO/SC

CEJAMA: A Energia de Jacinto Machado vem daqui.

A Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado – CEJAMA é a empresa responsável pela distribuição de energia elétrica no município de Jacinto Machado há 59 anos. Foi conferido a esta Permissionária a honra e o dever de acompanhar o desenvolvimento da cidade, levando força e luz às casas, ruas, avenidas e indústrias.

Estamos sempre em busca de superações e melhorias, por isso fazemos investimentos, criamos e superamos desafios, tendo como objetivo, prestar os melhores serviços a todos os consumidores que utilizam nossa energia.

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores cooperados,

A seguir, apresentamos o relatório das principais atividades desenvolvidas no decorrer do exercício de 2020.

Tais especificidades primam para uma melhor apresentação dos resultados aos cooperados, autoridades e consumidores.

Em anexo estão as demonstrações contábeis, elaboradas em concordância com a Legislação Societária vigente, acrescidas do Balanço Social e Demonstração do Fluxo de Caixa, ferramentas de relevância para a divulgação do desempenho da Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado – CEJAMA perante a sociedade, parceiros, investidores, órgão regulador e clientes.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais de contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, apesar de sermos uma Cooperativa.

Carta do Presidente

Ao findar 2020, lembramos que nossa trajetória começou na década de 60, após a emancipação política e administrativa do município de Jacinto Machado.

Para enfrentar os obstáculos causados pela falta da energia elétrica, alguns membros da sociedade reuniram-se em 1961 para constituir a Cooperativa de Eletrificação Rural de Jacinto Machado, atual CEJAMA.

A energia era inicialmente provinda da Usina Termoelétrica de Capivari (atual Capiravi de Baixo) e distribuída aos seus 17 sócios, sendo eles: Pool Jorge Zacca, Silvio Boff, Ângelo Frassetto, Vitório Zanatta, Lédio Savi Mondo, Vitório Benincá Just, Egídio Tomasi, Lênio Leônidas Lopes, Albino Zanatta, Artur Tramontin, Stefano Rzatki, Laerte Spindola Lisboa, Quintiliano Emerich, Archimimo José Pereira, Francisco Ernesto Sabóia, Fermino Boff, e Paulino Boff. Aos nossos fundadores, agradecemos pela coragem e persistência nesse enorme desafio.

É importante frisar que a CEJAMA trabalha seguindo normas da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, procurando oferecer a máxima qualidade na prestação de seus serviços.

Aproveitamos à oportunidade para agradecer aos Senhores Sócios, aos colaboradores, Órgãos Públicos, Fornecedores e Consumidores, e desejar que juntos, possamos manter sempre uma parceria de sucesso.

Finalizando, agradecemos a DEUS, que sempre nos leva ao caminho do bem e é nosso fiel protetor.

Cenário

A Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado é uma Permissionária/Distribuidora de Energia Elétrica que fornece energia na cidade de Jacinto Machado, seguindo as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Prestamos os melhores serviços há 59 anos e, para isso, valorizamos o corpo funcional da CEJAMA onde focamos:

- Investimento em Treinamento Técnico;
- Cursos;
- Apoio no Curso Técnico em Eletrotécnica;
- Segurança e Medicina no Trabalho.
- Avaliação dos Resultados;
- Programa de Habilitação Profissional;

A CEJAMA foi recertificada em 2020 através de rigorosa auditoria realizada pela ASQCERT - Avaliações e Certificações, conforme Norma NBR ISO 9001.2015, referente coleta de dados e apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos na distribuição de energia elétrica e tratamento de reclamações de clientes.

Enfim, seguimos nossa política de qualidade, que busca a melhoria contínua através da capacitação e treinamento dos nossos colaboradores, para atender os requisitos regulamentares e expectativas dos consumidores, bem como, as demais partes interessadas na área de Distribuição de Energia Elétrica.

Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

A CEJAMA distribui energia elétrica no município de Jacinto Machado, zona urbana e zona rural. Atualmente (base dezembro/2020), possui 5.362 consumidores divididos em 51% de consumidores urbanos e 49% de consumidores rurais.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

Ligação de Consumidores - foram realizadas, no ano de 2020, 171 novas ligações, sendo 113 Residenciais, 16 Comerciais, 2 Industriais, 37 Rurais e 2 Poder Público, 0 iluminações públicas, 1 Consumo Próprio, totalizando 5.362 consumidores atendidos.

Número de Consumidores

Número de Consumidores					
Classe	2020	2019	2018	2017	2016
Residencial	2938	2821	2739	2699	2638
Industrial	57	55	55	60	58
Comercial	445	435	433	433	429
Rural	1744	1722	1738	1800	1772
Poderes Públicos	49	48	54	51	52
Iluminação Pública	123	115	114	108	107
Serviço Público	4	5	5	5	6
Consumo Próprio	2	2	2	2	2
Total	5362	5140	5158	5064	4987

Comportamento do mercado – Durante o período de janeiro a dezembro de 2020 a permissionária adquiriu um total de 38.538 MWh e distribuiu 36.355 MWh com um percentual de perda de 5,66%, ou seja, 2.183 MWh. O consumo de energia na área de atuação da permissionária apresentou em crescimento de 6,65% em relação a 2019.

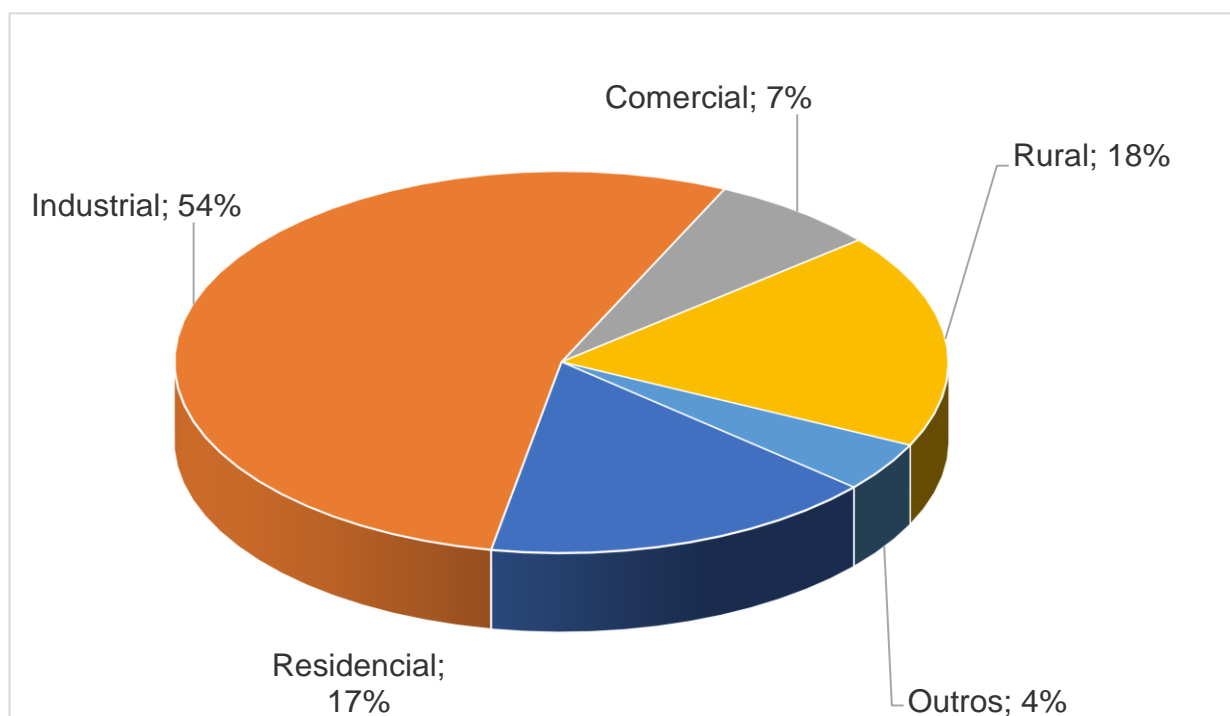
Balço Energético em MWh	Exercício				
	2020	2019	2018	2017	2016
Total da energia elétrica adquirida	38.538	36.494	34.184	34.447	33.434
Total da energia elétrica distribuída	36.355	33.837	32.000	32.451	30.452
Perdas	2.183	2.657	2.184	1.997	2.982
Percentual de perdas	5,66%	7,28%	6,39%	5,80%	8,92%

As classes que mais contribuíram para este crescimento foram a classe Rural, com um crescimento de 10,03% em relação ao ano de 2019, seguida da classe Industrial com um crescimento de 8,50% ao ano anterior e da classe residencial com um crescimento de 5,12%. As classes Poderes Públicos, Serviços Públicos e Iluminação Pública ocorreu um decréscimo de -5,71%. A classe comercial obteve um decréscimo de -2,73. A seguir são apresentados resultados sobre o consumo em MWh e sua variação no período:

Consumo por Classe de Consumidores - Em MWh

Classe	2020	2019	2018	2017	2016
Residencial	6.005	5.713	5.412	5.347	5.164
Industrial	19.638	18.099	16.998	17.329	15.876
Comercial	2.560	2.631	2.538	2.551	2.541
Rural	6.623	6.019	5.561	5.625	5.296
Poder Público	279	380	353	341	355
Iluminação Pública	1.015	1.016	1.044	1.033	1.006
Serviços Públicos	225	215	193	211	201
Consumo Próprio	9	13	13	13	14
Total	36.355	34.087	32.114	32.451	30.452
Variação	6,65%	6,14%	-1,04%	6,56%	-4,49%

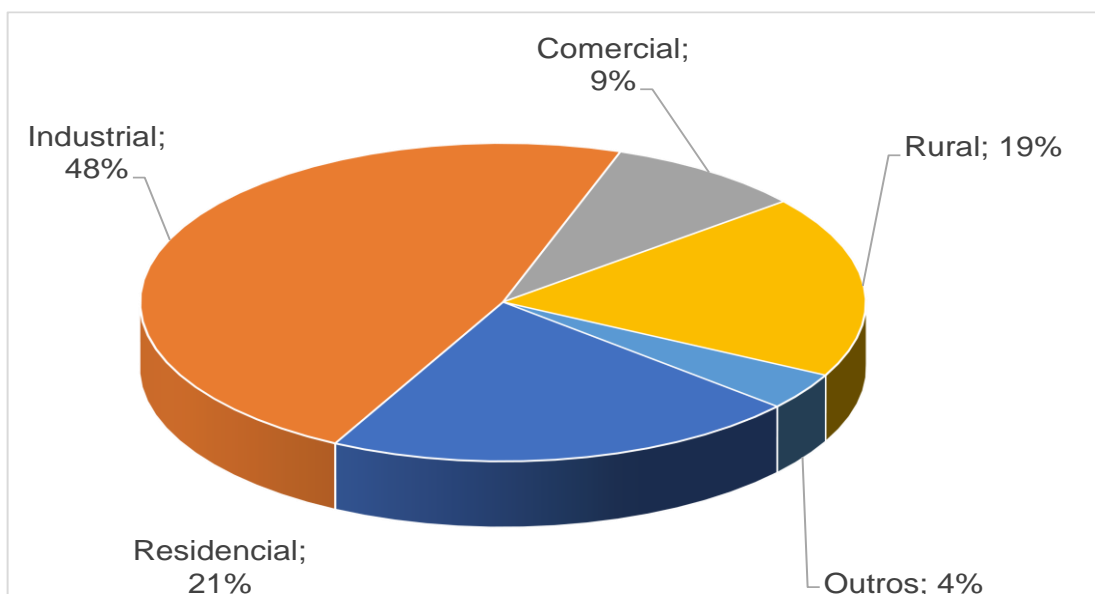
Consumo em MWh por Classe de Consumidores



Receita - A receita líquida decorrente do fornecimento de energia elétrica faturada no exercício de 2020 importou em R\$ 17.285,97 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ mil					
Classe	2020		2019		%
Residencial	21%	3.673,08	22%	3.228,24	13,78
Industrial	48%	8.229,20	48%	7.080,78	16,22
Comercial	9%	1.528,31	10%	1.433,67	6,60
Rural	19%	3.202,10	17%	2.490,70	28,56
Outros	4%	653,29	4%	652,35	0,15
Total	100%	17.285,97	100%	14.885,73	16,12

Receita Líquida por classe de consumidores



Número de Consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2020, apresentou um crescimento de 3,06% sobre o ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2020	2019	%
Residencial	2.938	2.821	4,15
Industrial	57	55	3,64
Comercial	445	435	2,30
Rural	1744	1722	1,28
Outros	178	170	4,71
Total	5.362	5.203	3,06

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2020, atingiu R\$ 544,25 484,53 / MWh, com aumento de 12,32% com relação a dezembro de 2019.

No ano de 2020 passamos pelo Reajuste Tarifário Periódico, onde as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de permissão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a cooperativa solicitou teto da parcela.

As tarifas de aplicação da CEJAMA foram reajustadas em 30 de setembro de 2020, em 7,60% (sete virgula sessenta por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores.

Tarifas Médias de Fornecimento em R\$/MWh		
Classe	Exercício	
	2020	2019
Residencial	611,65	578,28
Industrial	419,03	404,36
Comercial	597,08	557,46
Rural	483,47	428,38
Poder público	624,48	588,59
Iluminação Pública	343,54	329,56
Serviços Públicos	553,20	507,03
Consumo Próprio	624,46	584,38
Média Geral	475,48	450,11

Qualidade do Fornecimento - Dos indicadores apurados pela CEJAMA, os dois principais são os de continuidade de fornecimento de energia elétrica DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), que medem respectivamente o tempo total médio de interrupção no fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora do conjunto CEJAMA e quantas vezes os consumidores ligados a este conjunto ficaram sem energia elétrica no decorrer de um ano.

A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

INDICADORES DE CONTINUIDADE			
Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2016	11,65	8,79	1,08
2017	9,01	9,51	1,33
2018	27,52	12,46	0,93
2019	6,57	4,21	1,11
2020	9,62	9,79	2,41

Atendimento ao Consumidor – A CEJAMA não participa do Programa Luz para todos, já que todos os domicílios do Município de Jacinto Machado se encontram atendidos.

Tecnologia da Informação

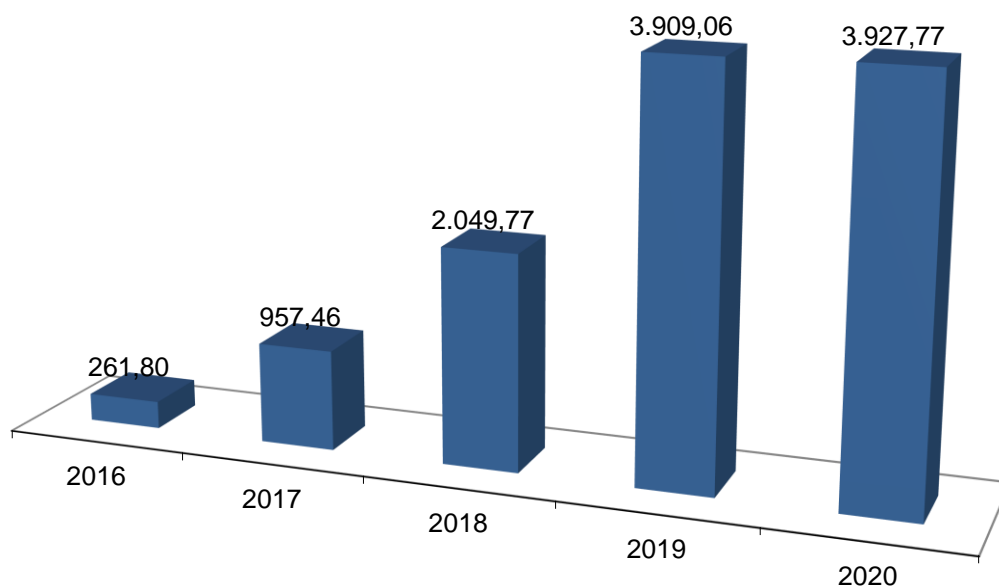
Seguindo o processo de modernização dos últimos anos, a CEJAMA segue na atualização de seu sistema comercial e de gestão interna, contando com novas ferramentas de banco de dados e métodos mais aprimorados. Conta também com equipamentos mais modernos, primando por aquisições menos nocivos à saúde e contribuindo para o meio ambiente com equipamentos que possuem normas aprovadas por órgãos ambientais. O religador automatizado está conectado 24 horas por dia com o Centro de Operações, podendo ser manobrado remotamente, diminuindo assim o tempo de atendimento a ocorrências e a falta de energia. Foi disponibilizado aos consumidores, um novo site da empresa, contendo informações, dicas de economia e especialmente para atendimento on-line aos consumidores, como emissão de segundas vias e esclarecimento de dúvidas.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2020, teve uma sobra de R\$ 3.316,33 (Reais/mil), contra uma sobra de R\$ 3.320,25 (Reais/mil) em 2019, ocasionando uma redução nas sobras na ordem de 0,11 %. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 19.621,74 (Reais/mil), superior em 11,56 % em relação a 2019, que foi de R\$ 17.588,26 (Reais/mil).

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 3.927,77 (Reais/mil), superior em 0,48% a 2019, que foi de R\$ 3.909,06 (Reais/mil), conforme variação abaixo:

EBITDA OU LAJIDA - Legislação Societária

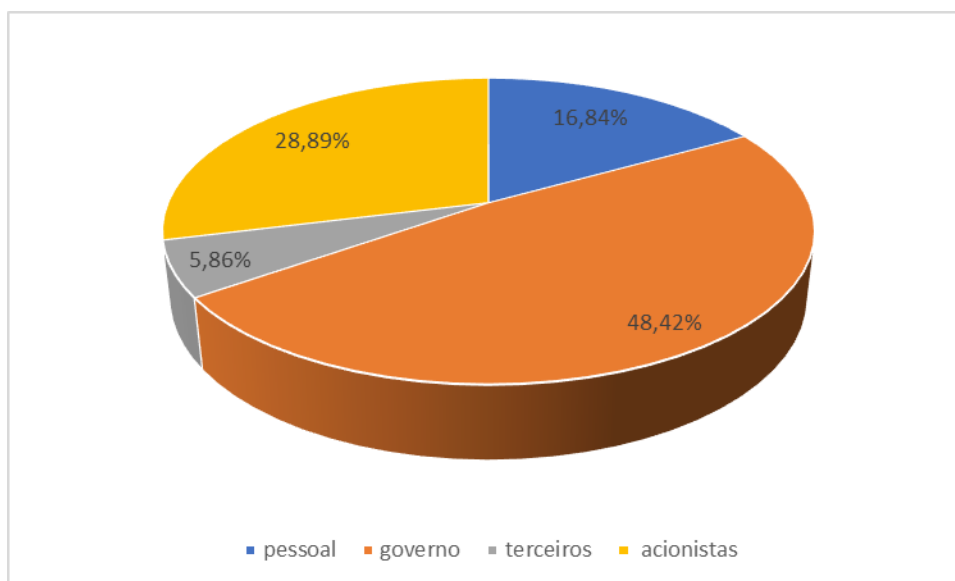


Investimentos: Em 2020, os investimentos da Permissionária importaram em R\$ 2.449,102 (Reais/mil).

Investimentos - R\$ mil			
	2020	2019	%
Obras de Geração	0,00	0,00	0,00
Obras de Transmissão	0,00	0,00	0,00
Obras de Distribuição	2.402,67	744,35	222,79
Veículos	33,18	118,83	(72,08)
Equipamento Geral	13,22	51,91	(74,54)
Instalações Gerais			0,00
Edificações		0,00	0,00
Total	2.449,07	915,09	167,63

Captações de Recursos: Os investimentos de 2020 foram realizados somente com recursos próprios.

Valor Adicionado: Em 2020, o valor adicionado a distribuir gerado como riqueza pela CEJAMA foi de R\$ 11.480,98 (Reais/mil), representando 47,5% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição.



Composição Acionária: O capital social em 31 de dezembro de 2020 representa R\$ 3.240,74 (Reais/mil), sendo **composto por 324.074 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 10,00 cada, com a seguinte composição:**

Cotistas	Cotas	%
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Angelo Valdati Neto	1	0,0003
Adelar Machado de Oliveira	1	0,0003
Tiago Matias Vitali	1	0,0003
Wanderlei Luiz Amboni	1	0,0003
Nazareno Meister	1	0,0003
Agenor Bozello	1	0,0003
Fabiano Rosso Trombim	1	0,0003
Andreia Ronconi	1	0,0003
Agricio Abel Golçalves	1	0,0003
Valmir Possamai	1	0,0003
Pedro Casagrande	1	0,0003
CONSELHO FISCAL		
Charles Kuentzer	1	0,0003
Daniel De Souza	1	0,0003
João Batista De Almeida	1	0,0003
Quiliani Padilha Dos Santos	1	0,0003
João Paschoali	1	0,0003
Aderval Da Rosa	1	0,0003
TOTAL	17	0,0051
DEMAIS ASSOCIADOS	324.057	99,9949
TOTAL GERAL	324.074	100,00

Relações com o Mercado: A CEJAMA, com incentivo da OCESC/SESCOOP, participa de eventos, como o ENCONSEL, SENDI e outros, mantém contato com outras concessionárias /permissionárias e com as modificações do Setor Elétrico.

A CEJAMA objetiva manter seus funcionários sempre atualizados, incentivando na participação de seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos entre outros, fazendo que haja aprimoramento referente aos assuntos do Setor Elétrico. Sempre valorizando:

- A satisfação do cliente;
- O crescimento dos colaboradores;
- As parcerias;
- A honestidade e a lealdade;
- O trabalho, a competência e a responsabilidade;
- A iniciativa e a criatividade;
- A gestão participativa e empreendedora.
- O cooperativismo.

Gestão

Planejamento Empresarial: Esta Concessionária prioriza o cumprimento da Regulação, dando ênfase aos direitos da energia elétrica para todos. A CEJAMA faz planejamentos de curto, médio e longo prazo, objetivando uma Empresa organizada, resultando em clientes satisfeitos.

A CEJAMA em Números

Atendimento	2020	2019	%
Número de consumidores	5.362	5.203	3,06
Número de empregados	31	30	3,33
Número de consumidores por empregado	173	173	(0,27)
Número de localidades atendidas	1	1	0,00
Número de agências	1	1	0,00
Número de postos de atendimento	1	1	0,00
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00

Mercado	2020	2019	%
Área de concessão (Km ²)	430,0	430,0	0
Demanda máxima (MW)	7,691	7,865	-2,21
Distribuição direta (GWh)	36,35	34,08	6,66
Consumo residencial médio (kWh/ano)	1.989,11	1.936,58	2,71
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	475,48	450,11	5,64
Total			
Residencial	611,65	578,28	5,77
Industrial	419,03	404,36	3,63
Comercial	597,08	557,46	7,11
Rural	483,47	428,38	12,86
Poder Público	624,48	588,59	6,10
Iluminação Pública	343,54	329,56	4,24
Serviços Públicos	553,2	507,03	9,11
Suprimento	624,46	584,38	6,86
DEC (horas)	9,62	6,57	46,42
FEC (número de interrupções)	9,79	4,21	132,54

Operacionais	2020	2019	%
Número de usinas em operação	0	0	
Número de subestações	0	0	
Linhas de transmissão (Km)	0	0	
Linhas de distribuição (Km)	644,43	646,08	-0,26
Capacidade instalada (MW)	23,35	24,19	-3,47
Número de postos de arrecadação	0	0	

Financeiros		2020	2019	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)		26.463,61	23.644,86	11,92
Receita operacional líquida (R\$ mil)		19.621,74	17.588,26	11,56
Margem operacional do serviço líquida (%)		34,87%	34,44%	1,26
EBITDA OU LAJIDA		3.927,77	3.909,06	0,48
Lucro líquido (R\$ mil)		3.316,32	3.320,25	(0,12)
Lucro líquido por mil cotas		8,69	10,26	(15,30)
Patrimônio líquido (R\$ mil)		18.019,44	14.702,50	22,56
Valor patrimonial por cota R\$		10,00	10,00	0
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)		18,40%	23,00%	(20,00)
Endividamento do patrimônio líquido (%)		19,94%	20,21%	(1,34)
Em moeda nacional (%)		19,94%	20,21%	(1,34)
Em moeda estrangeira (%)		0,00%	0,00%	0,00

Indicadores de Performance	2020	2019	%
Salário Médio dos Funcionários (Reais/mil)	3,40	3,36	0,011905
Energia Gerada / Comprada por Funcionário (MWh)	1.243,17	1.213,77	0,024222
Energia Gerada / Comprada por Consumidor (MWh)	7,18	7,00	0,025714
Retorno de Ativos por Unidade:	0,14	0,17	-0,17647

Balço Social

Recursos Humanos

Em 2020, a Cooperativa de Eletricidade Jacinto Machado – CEJAMA desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: cursos de aperfeiçoamento, sempre considerando a especificidade de cada função exercida. Colaborou financeiramente nos ensinos: profissionalizante e superior, diretamente ligados às atividades afins e, também, cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº. 35, Cursos nas Áreas Administrativas (Contábil e RH), Curso de Atendimento, Curso sobre Lei Geral de Proteção de Dados. Mantém convênios com Planos de Saúde, Medicina e Segurança do Trabalho.

Responsabilidade Social

No período Natalino a CEJAMA sempre contribui com os preparativos para o Natal, disponibilizando os funcionários para auxiliar na decoração da cidade.

Em 2020, a CEJAMA investiu em cursos profissionalizantes para os associados. Com o projeto “Costurando o Futuro”, a CEJAMA proporcionou oportunidade de aprendizado e formação profissional totalmente gratuita para mulheres de Jacinto Machado, o mesmo não pôde ser concluído devido à pandemia. Já o projeto “Iluminando o Futuro”, trouxe a oportunidade de aprendizagem na área elétrica para execução, manutenção e reparação de instalações elétricas prediais, residenciais e comerciais de baixa tensão.

CIPA CEJAMA: Os membros da CIPA na CEJAMA abordam temas relacionados à prevenção de acidentes, saúde, primeiros socorros etc... Fazem-se reuniões mensais, realizadas no escritório da CEJAMA e os membros da CIPA fiscalizam seus empregados, verificando se os mesmos estão fazendo uso dos equipamentos disponibilizados pela Empresa e dentro dos padrões de segurança. São promovidos através da CIPA: Treinamento para combate a incêndios, treinamento em primeiros socorros, palestras sobre saúde, palestras sobre novos equipamentos de segurança. Em novembro de 2020 foi realizada a SIPAT (Semana Interna de Prevenção a Acidentes de Trabalho) com diversas atividades como: Curso NR 35.

Educação: A CEJAMA contribui com 50% das mensalidades de seus funcionários para o curso técnico em eletrotécnica, e 100% das despesas com cursos específicos promovidos pela Federação e pelo SESCOOP SC.

A) Demonstração do Balanço Social - 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	2020			2019		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)	19.621,74			17.588,27		
Lucro Operacional (LO)	3.316,33			3.320,25		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.727,42			1.475,53		
	% sobre			% sobre		
2 - Indicadores sociais internos						
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	177,37	10,27%	0,90%	167,4	11,35%	0,95%
Encargos sociais compulsórios	695,8	40,28%	3,55%	855,9	58,01%	4,87%
Entidade de previdência privada	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	56,40	3,26%	0,29%	98,11	6,65%	0,56%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	12,73	0,74%	0,06%	13,83	0,94%	0,08%
Educação - Auxílio educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	3,11	0,18%	0,02%	8,14	0,55%	0,05%
Auxílio creche	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros Benefícios	34,87	2,02%	0,18%	18,35	1,24%	0,10%
Total	980,28	56,75%	5,00%	1161,73	78,73%	6,61%
	% sobre			% sobre		
3 - Indicadores sociais externos						
	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	26,66	0,80%	0,14%	79,67	2,40%	0,45%
Total de contribuições para a sociedade	26,66	0,80%	0,14%	79,67	2,40%	0,45%
Tributos - excluídos encargos sociais	62,06	1,87%	0,32%	32,21	0,97%	0,18%
Total	62,06	1,87%	0,32%	32,21	0,97%	0,18%
	% sobre			% sobre		

4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Progr. de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

	2020	2019
	em unidades	em unidades
5 - Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	31	30
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	10	12
Ensino médio	17	13
Ensino fundamental	4	5
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	7	8
De 30 até 45 anos (exclusive)	14	14
Acima de 45 anos	10	8
Admissões durante o período	3	0
Mulheres que trabalham na empresa	6	7
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de mulheres	0	0
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de gerentes	0	0
Negros que trabalham na empresa	0	0
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de negros	0	0
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de gerentes	0	0
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	28	26
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		
Maior remuneração	10,45	10,45
Menor remuneração	15,28	0,78
Acidentes de trabalho	2	0

Demonstrações Contábeis em 31/12/2020 e 31/12/2019

Balanco Patrimonial Societária

DESCRIÇÃO	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	6.820.875,44	7.116.632,20
Caixa e Equivalentes a Caixa	3.221.462,34	3.287.711,26
Consumidores, Concessionários e Permissionários	2.913.119,06	2.895.844,91
Serviços em Curso	35.604,74	279.976,06
Tributos Compensáveis	98.133,97	139.247,50
Almoxarifado	291.415,45	241.342,05
Ativos Financeiros Setoriais	6.757,16	8.391,30
Despesas pagas antecipadamente	22.710,24	4.775,83
Outros Ativos Circulantes	231.672,48	259.343,29
ATIVO NÃO CIRCULANTE	15.684.819,89	11.309.668,95
Tributos Compensáveis	439.453,12	233.394,52
Bens e Atividades Não Vinculadas à Permissão	168.286,77	168.286,77
Outros Ativos Não Circulantes	5.016.350,92	3.610.151,61
<i>Imobilizado</i>	<i>6.369.600,52</i>	<i>2.568.998,14</i>
Em serviço	3.200.203,69	3.380.138,17
(-) Depreciação Acumulada	(850.101,72)	(815.494,90)
Em curso	4.019.498,55	4.354,87
Intangível	3.691.128,56	4.728.837,91
TOTAL DO ATIVO	22.505.695,33	18.426.301,15

DESCRIÇÃO	2020	2019
PASSIVO CIRCULANTE	4.127.374,81	3.424.918,82
Fornecedores	601.613,33	359.874,14
Obrigações Sociais e Trabalhistas	397.339,44	395.136,72
Tributos	1.078.933,73	907.564,28
Encargos Setoriais	521.317,56	735.045,23
Passivos Financeiros Setoriais	557.893,36	561.020,82
Outros Passivos Circulantes	970.277,39	466.277,63
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	358.883,41	298.879,00
Obrigações Vinculadas a Concessão	358.883,41	298.879,00
PATRIMONIO LIQUIDO	18.019.437,11	14.702.503,33
Capital Social	3.240.741,12	3.239.546,07
FATES	493.857,76	328.629,42
Fundo para Manutenção Aplicação em Melhorias	8.885.974,83	7.227.811,47
Reavaliação	1.544.771,61	1.544.771,61
Reserva de Equalização	59.020,88	59.020,88
Reserva Legal	1.472.267,20	1.140.634,53
Sobras a Disposição da AGO 2019	1.162.089,35	1.162.089,35
Sobras a Disposição da AGO 2020	1.160.714,36	
Total do Passivo	22.505.695,33	18.426.301,15

Demonstrações Contábeis em 31/12/2020 e 31/12/2019

Demonstração do Resultado do Exercício Societária

Descrição	2020	2019
01. Receita Operacional Bruta	26.463.611,14	23.644.860,42
(+) Fornecimento de Energia Elétrica	22.430.977,42	19.572.888,46
(+) Outros Ingressos e Rendas	4.032.633,72	4.071.971,96
02. Dedução da Receita Bruta	(6.841.870,18)	(6.056.594,52)
(-) Impostos e Contribuições Sobre os Ingressos	(5.037.933,13)	(4.306.425,28)
(-) Encargos do Consumidor	(1.803.937,05)	(1.750.169,24)
03. Receita Operacional Líquida (1+2)	19.621.740,96	17.588.265,90
04. Custo do Serviço de Energia Elétrica	(11.537.219,91)	(9.928.875,58)
05. Resultado Bruto da Comercialização de Energia	8.084.521,05	7.659.390,32
06. Despesas Operacionais	(4.992.768,24)	(4.487.803,24)
(-) Pessoal e Administrativo	(2.470.656,20)	(2.497.094,10)
(-) Material	(267.054,51)	(275.815,56)
(-) Serviços de Terceiros	(673.006,27)	(698.161,28)
(-) Depreciações	(611.454,25)	(588.813,64)
(-) Seguros	(12.315,24)	(5.732,70)
(-) Despesas Tributárias	(62.059,98)	(24.890,67)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(108.729,38)	(66.332,09)
(-) Provisão Para créditos de Liquidação Duvidosa	(57.149,67)	41.297,57
(-) Outras Despesas Operacionais	(730.342,74)	(372.260,77)
07. Resultado Operacional (5+6)	3.091.752,81	3.171.587,08
09. Resultado Operacional Financeiro	224.573,92	148.668,21
(+) Receita de Aplicação Financeira	59.352,50	65.970,32
(+) Outras Receitas Financeiras	202.319,92	148.959,38
(-) Despesas Financeiras	(37.098,50)	(66.261,49)
10. Resultado Operacional	3.316.326,73	3.320.255,29
11. Destinações Estatutárias	(2.155.612,37)	(2.158.165,94)
(-) Reserva Legal 10%	(331.632,67)	(332.025,53)
(-) Fates 05%	(165.816,34)	(166.012,76)
(-) Manutenção e Ampliação 50%	(1.658.163,37)	(1.660.127,65)
14. Sobras (Perdas) Líquidas do Período (10+11)	1.160.714,36	1.162.089,35

Demonstrações Contábeis em 31/12/2020 e 31/12/2019

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Societária

Eventos	Capital Social	Reservas de Capital					Sobras a Disposição da AGO	Totais
		Reavaliação	Equalização	Legal	Fates	Fundo de Manutenção		
SALDO EM 31/12/2018	3.815.553,46	1.544.771,61	59.020,88	808.609,00	240.611,77	5.567.683,82	532.695,20	12.568.945,74
MUTAÇÕES EM 2019	(576.007,39)	-	-	332.025,53	88.017,66	1.660.127,65	629.394,14	2.133.557,59
Integralização de Capital	18.227,99							18.227,99
Capital a Realizar								-
Devolução/Baixa de Capital	(594.235,38)						(532.695,20)	(1.126.930,58)
Incorporação das Sobras								-
Reversão de Reservas					(77.995,11)			(77.995,11)
Resultado do Exercício							3.320.255,29	3.320.255,29
Destinações				332.025,53	166.012,77	1.660.127,65	(2.158.165,95)	-
SALDO EM 31/12/2019	3.239.546,07	1.544.771,61	59.020,88	1.140.634,53	328.629,42	7.227.811,47	1.162.089,34	14.702.503,33
MUTAÇÕES EM 2020	1.195,05	-	-	335.049,02	166.936,51	1.675.245,08	1.138.508,12	3.316.933,78
Integralização de Capital	5.392,21							5.392,21
Capital a Realizar								-
Devolução/Baixa de Capital	(4.197,16)							(4.197,16)
Incorporação das Sobras								-
Reversão de Reservas					(588,00)			(588,00)
Resultado do Exercício							3.316.326,73	3.316.326,73
Destinações				335.049,02	167.524,51	1.675.245,08	(2.177.818,61)	-
SALDO EM 31/12/2020	3.240.741,12	1.544.771,61	59.020,88	1.475.683,55	495.565,93	8.903.056,55	2.300.597,46	18.019.437,11

Legislação Societária

Demonstrações Contábeis em 31/12/2020 e 31/12/2019

Demonstrativo do Fluxo de Caixa Societária

Descrição	2020	2019
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	3.316.326,73	3.320.255,29
Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	3.316.326,73	3.320.255,29
2 - Ajuste Por	(585.682,85)	(81.759,34)
Reintegração Acumulada	34.606,82	125.987,56
(Aumento) ou Diminuição de Consumidores.	(17.274,15)	(408.425,18)
(Aumento) ou Diminuição de Serviços em Curso	244.371,32	(273.587,58)
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	41.113,53	(49.913,38)
(Aumento) ou Diminuição de Almojarifado	(50.073,40)	(67.756,27)
(Aumento) ou Diminuição de Ativos Financeiros Setoriais	1.634,14	(7.363,94)
(Aumento) ou Diminuição de Despesas pagas antecipadamente	(17.934,41)	14,24
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Circulantes	27.670,81	(20.437,61)
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	(206.058,60)	(80.958,60)
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Não Circulantes	(1.406.199,31)	(242.121,40)
(Diminuição) ou Aumento de Fornecedores	241.739,19	11.119,87
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.202,72	133.672,34
(Diminuição) ou Aumento de Tributos	171.369,45	(37.017,44)
(Diminuição) ou Aumento de Encargos Setoriais	(213.727,67)	299.820,30
(Diminuição) ou Aumento de Passivos Financeiros Setoriais	(3.127,46)	561.020,82
(Diminuição) ou Aumento de Outros Passivos Circulantes	503.999,76	(80.736,26)
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Vinculadas a Concessão	60.004,41	54.923,19
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	2.730.643,88	3.238.495,95
4 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(2.796.304,80)	(748.157,47)
Ativo Imobilizado / Intangível	(2.797.499,85)	(766.385,46)
Integralização de Capital	1.195,05	18.227,99
5 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(588,00)	(1.204.925,69)
Utilização das Reservas	(588,00)	(77.995,11)
Reversão de Capital	0,00	(1.126.930,58)
6 – Variação no Caixa (3+4+5)	(66.248,92)	1.285.412,79
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(66.248,92)	1.285.412,79
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	3.287.711,26	2.002.298,47
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	3.221.462,34	3.287.711,26

Agradecimentos

Findando o exercício social de 2020, queremos agradecer a DEUS, aos membros da Diretoria, e, estender esse agradecimento a todos os clientes, consultores, fornecedores, parceiros e demais envolvidos direta ou indiretamente em nossa política de qualidade, conforme segue: garantir o cumprimento da política da qualidade satisfazer as necessidades de nossos associados, envolver todos os colaboradores com a política da qualidade, atender os requisitos regulamentares, normativos e legislações pertinentes.

Nosso muito obrigado!

Jacinto Machado, 30 de abril de 2021.

A Administração.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o período findo em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Valores Expressos em Reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA** é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. Para fins fiscais e tributários a **CEJAMA** está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

Principais Atividades Desenvolvidas

No decorrer do exercício social de 2020 a **CEJAMA** realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria de instalações de distribuição de energia elétrica, de acordo com seu objeto social.

NOTA 02 - DA PERMISSÃO

Conclusão do Processo de Regularização - O processo de regularização de cooperativa foi concluído no exercício de 2008, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.631 de 21 de outubro de 2008 - ANEEL de 28 de novembro de 2008 mediante a assinatura do mesmo.

Prazo da permissão – 20 (vinte) anos, contados a partir da data da celebração do contato. O prazo de permissão passou a ser de 30 anos, conforme o § 3º do Art. 23 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, incluído pela Lei nº 12.111 de 09 de dezembro de 2009.

Objetivo da permissão – Exploração, a título precário, de serviço público de energia elétrica.

Áreas de permissão – A CEJAMA terá sua atuação delimitada aos municípios de Ermo, Jacinto Machado, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo todos no Estado de Santa Catarina, devidamente delimitado no processo de regularização.

Mesmo tendo iniciadas providências antes da efetiva regulamentação, o contexto regulamentado poderá alterar o processo operacional e administrativo em curso na cooperativa, com reflexos não previstos ou não avaliados adequadamente, inclusive retroativos, podendo afetar as posições econômicas e financeiras atualmente apresentadas.

NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764/71, que rege as atividades cooperativas no Brasil. Resolução do CFC nº 1.255/09, e alterações NBC ITG 1.000, que estabelece as normas para apresentação

das demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas, disposições regulatórias e os princípios fundamentais da contabilidade, bem o atendimento, no que for cabível, a 2019/NBCTA540(R2) de 23 de outubro de 2019.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução Normativa ANEEL nº 605/14, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC ITG 2004/2017, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no Despacho nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017 da SFF/ANEEL e demais orientações publicadas.

Adoção do modelo de apresentação da PAC – Prestação Anual de Contas;

- **Utilização das naturezas de gastos e centros de custos;**
- **Configuração dos detalhes conforme preenchimento da RIT – Relatório de Informações Trimestrais;**
- **Aplicação do plano de contas regulatório;**
- **Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;**
- **Contabilização da renda não faturada;**
- **Contabilização do rateio da administração central para a atividade;**

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC nº 2017/NBCTG01(R4), que aprovou a NBC TG 01(R4) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados.

Sendo assim, o entendimento da **CEJAMA** é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011.

NOTA 04 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, emanadas das disposições da legislação societárias e regulatórias, destacamos:

▪ Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

- **Consumidores à Receber**

Compreende o fornecimento de energia faturada e não faturada a consumidores finais, conforme montantes determinados em contrato até 31 de dezembro de 2020, contabilizado com base no regime de competência.

- **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014, (item nº 7.2.8). Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

As provisões para crédito de liquidação duvidosa referente aos parcelamentos de débitos, estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

- **Ajuste a Valor Presente**

O ajuste a valor presente previsto na NBC TG 12, aprovada pela resolução nº 1.151/09 e alterada pela resolução nº 1.329/11 do Conselho Federal de Contabilidade, não foi calculado sobre parcelamentos de energia elétrica, por entender a administração que está coberta pela provisão.

- **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo médio de aquisição.

- **Ativos Passivos Regulatórios**

Reconhecidos após a assinatura do contrato de permissão e aplicados na forma prevista no OCPC 08 de 28 de novembro de 2014, aprovado pela Norma NBC – CTG 08 de 12 de dezembro de 2014.

- **Investimentos**

As participações societárias permanentes, controladas e coligadas, estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação

calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico) aprovado pela Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015 e 529/12.

- **Intangível**

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Direitos sobre objetos incorpóreos destinados a manutenção da entidade, ou obtidos com esta finalidade e estão registrados pelo custo de aquisição, sem a constituição de provisão para perda.

A amortização do intangível é calculada através das taxas de depreciação tomando-se como base os saldos contábeis registrados.

A baixa de um ativo intangível é efetivada através de alienação ou quando não existem benefícios econômicos futuro resultante do uso ou da alienação.

Os resultados da baixa são reconhecidos no resultado do exercício.

- **Atualizações de Direitos e Obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

- **Estimativas**

As estimativas são anualmente revisadas quando da preparação de demonstrações financeiras na conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

- **Imposto de Renda e Contribuição Social**

Calculados e registrados quando devidos conforme legislação vigente nas datas dos balanços. Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/71.

- **Empréstimos e Financiamentos**

Quando contratados atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado,

quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

- **Provisão para Litígios**

As provisões para litígios conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais. Estão sendo apresentadas nesta rubrica as provisões para litígios liquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais a elas relacionadas.

- **Reconhecimento das Receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela CEGERO, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG47, aprovada pela Resolução 2016/NBCTG47 do Conselho Federal de Contabilidade.

- **Receita não Faturada**

Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização de rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e o último dia do mês.

- **Impostos e Contribuições**

As receitas de venda de serviços de distribuição estão sujeitas a tributação pelo imposto de circulação de mercadorias e serviços – ICMS as alíquotas vigentes.

- **Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Os créditos sobre custos e despesas operacionais, compensados a apuração do PIS e COFINS, quando da incidência são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

- **Sobra Líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada a disposição dos associados, que deliberarão sobre sua utilização, obedecendo ao disposto na lei nº 5.764/71 e estatuto social.

NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos que compõe o Caixa e Equivalentes de Caixa estão alocados nas aplicações financeiras e contas correntes, no saldo geral do grupo houve uma redução de 2,02%, representando R\$ 66.248,92 a menor que o período anterior.

Descrição	2020	2019
CAIXA	860.771,51D	2.210.004,43D
CONTAS BANCÁRIAS À VISTA	827.254,97D	2.173.826,95D
BANCO DO BRASIL S.A	561.992,36D	1.086.313,34D
CREDIJA C/C	229.918,69D	1.076.171,55D
CREDIJA C/C 1960-7 RES. 20	35.343,92D	11.342,06D
CRESOL C/C	0,00	0,00
FUNDOS DE CAIXA	129,67D	201,76D
FUNDO FIXO DE CAIXA	129,67D	201,76D
NUMERÁRIO EM TRÂNSITO	33.386,87D	35.975,72D
CREDIJA - TRÂNSITO	33.386,87D	33.101,21D
BANCO DO BRASIL - TRÂNSITO	0,00	2.874,51D
EQUIVALENTES DE CAIXA	2.360.690,83D	1.077.706,83D
BANCO DO BRASIL S.A	27.884,02D	130.571,34D
CREDIJA - APLICAÇÕES	1.861.552,56D	508.127,17D
APLICACAO FINANCEIRA CREDIJA 1960-7 RES. 20	10.928,60D	10.854,47D
CRESOL - APLICAÇÕES	460.325,65D	428.153,85D
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.221.462,34D	3.287.711,26D

NOTA 06 – CONSUMIDORES

Os saldos referentes aos Consumidores estão a seguir demonstrados, as maiores variações ocorreram nas classes, Industrial e Iluminação Pública, no caso da Classe de Iluminação Pública foi realizada a baixa de créditos com impossibilidade de cobrança e, conseqüentemente o saldos da PCLD (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) também sofreram variação negativa.

Descrição	2020	2019
FORNECIMENTO	2.700.989,25D	2.675.587,55D
FATURADO	2.321.866,88D	2.211.748,40D
<i>RESIDENCIAL</i>	<i>531.124,36D</i>	<i>419.583,22D</i>
<i>INDUSTRIAL</i>	<i>850.046,34D</i>	<i>961.575,05D</i>
<i>COMERCIAL</i>	<i>242.263,30D</i>	<i>198.504,28D</i>
<i>RURAL</i>	<i>696.993,02D</i>	<i>590.299,63D</i>
<i>PODERES PÚBLICOS</i>	<i>1.439,86D</i>	<i>9.278,10D</i>
<i>ILUMINAÇÃO PÚBLICA</i>	<i>0,00</i>	<i>32.508,12D</i>
NÃO FATURADO	474.842,33D	517.076,44D
(-) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	95.719,96C	53.237,29C
SERVIÇOS COBRÁVEIS	3.694,02D	7.198,70D
(-) ARRECADAÇÃO EM PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO	1.623,61D	1.556,67D
PARCELAMENTOS DE CRÉDITOS A RECEBER DE CONSUMIDORES	160.646,98D	178.214,48D
RESIDENCIAL	54.204,39D	15.169,60D

INDUSTRIAL	64.670,51D	170.956,59D
COMERCIAL	13.046,46D	495,31D
RURAL	46.205,49D	1.055,49D
(-) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	17.479,87C	9.462,51C
OUTROS	46.165,20D	33.287,51D
CONSUMIDORES	2.913.119,06D	2.895.844,91D

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014, item 7.2.8 – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

NOTA 07 – SERVIÇOS EM CURSO

O grupo dos Serviços em Curso estão com seus saldos demonstrados a seguir, a variação positiva em 2020 se refere às ODS de manutenção de redes que se mantiveram em aberto na virada do exercício.

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
ODS MANUTENÇÃO DE REDES	35.468,54D	25.804,67D
ODS PEE	0,00	254.056,00D
ODS DJUNTORES	136,20D	115,39D
SERVIÇOS EM CURSO	35.604,74D	279.976,06D

NOTA 08 – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

No exercício de 2020 quando comparado com o anterior os saldos do grupo de Tributos não apresentaram variação relevante, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
TRIBUTOS FEDERAIS	94.095,93D	84.890,61D
IR A COMPENSAR	69.396,70D	62.074,92D
IMPOSTOS A COMPENSAR RETIDOS POR ORGÃOS FEDERAIS	24.699,23D	22.815,69D
TRIBUTOS ESTADUAIS	4.038,04D	54.356,89D
ICMS A RECUPERAR	0,00	43.794,56D
ICMS S/ COMPRA PARA O ATIVO IMOBILIZADO A RECUPERAR	4.038,04D	10.562,33D
TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	98.133,97D	139.247,50D

NOTA 09 – ALMOXARIFADOS

No exercício de 2020 quando comparado com o anterior os saldos do grupo de Almojarifados não apresentaram variação relevante, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
MATERIAL	291.423,78D	241.350,36D
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	288.369,74D	241.312,16D
MATERIAL SUCATEADO (SUCATA)	3.054,04D	38,20D
COMPRAS EM CURSO	8,33C	8,31C
ALMOXARIFADO OPERACIONAL	291.415,45D	241.342,05D

NOTA 10 – ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

No exercício de 2020, após a revisão tarifária, foram registradas as variações financeiras setoriais ativas, conforme demonstramos:

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
DEMAIS ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	6.757,16D	8.391,30D
TOKIO MARINE SEGURADORA S.A	0,00	1.019,57D
SICOOB SC CORRETORA E ADMR DE SEGUROS S/A	5.666,58D	7.371,73D
HDI SEGUROS S.A	1.090,58D	0,00
ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	6.757,16D	8.391,30D

NOTA 11 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

No exercício de 2020 quando comparado com o anterior os saldos do grupo de Almojarifados não apresentaram variação, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
PRÊMIOS DE SEGUROS	0,00	245,18D
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A	0,00	245,18D
OUTROS	22.710,24D	4.530,65D
PROINFA PAGAMENTO ANTECIPADO	22.710,24D	4.530,65D
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	22.710,24D	4.775,83D

NOTA 12 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Os saldos que compõe o grupo dos Outros Ativos Circulantes estão demonstrados a seguir:

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
CRÉDITOS A RECEBER	230.592,41D	242.371,69D
EMPREGADOS	22.249,68D	20.111,24D
FORNECEDORES	12.295,43D	47.004,43D
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	3.043,20D	18.464,80D
FECOERUSC- ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO	5.000,00D	5.000,00D
EXTREMOSUL		
ADIANTAMENTO CABAL - VALE ALIMENTAÇÃO	0,00	1.287,40D
RICHARDES MACHADO MEDEIROS ME	4.252,23D	4.252,23D
JOAO EDWARD PATEL	0,00	18.000,00D
TÍTULOS DE CRÉDITO A RECEBER	3.053,21D	3.120,20D
PARCELAMENTOS CONCEDIDOS	2.474,80D	2.541,79D
PARCELAMENTO DE CHEQUES	578,41D	578,41D
SERVIÇOS PRESTADOS A TERCEIROS	12.143,97D	20.491,02D
ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS	63.860,77D	57.184,71D
ORDEM DE DISPÊNDIOS A REEMBOLSAR	3.000,00D	0,00
CONVÊNIOS DE ARRECAÇÃO	4.000,00D	4.000,00D
(-) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO	434,13C	0,00
DUVIDOSA		
OUTROS	110.423,48D	90.460,09D
CHEQUES EM COBRANÇA	96.195,93D	96.195,93D
CRÉDITO DE ALUGUÉIS DE POSTES	14.227,55D	5.735,84C
APARECIDO ANGELO ZANCHETTA	0,00	0,00
DESATIVAÇÕES E ALIENAÇÕES	1.080,07D	16.971,60D
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	231.672,48D	259.343,29D

NOTA 13 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

Os saldos do Ativo Não Circulante dos exercícios de 2020 e 2019, estão demonstrados conforme segue:

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	439.453,12D	233.394,52D
ICMS SOBRE AIS	439.453,12D	233.394,52D
BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À PERMISSÃO	168.286,77D	168.286,77D
FECOERUSC	6.615,44D	6.615,44D
CREDIJA	156.471,33D	156.471,33D
GERACOOOP	5.000,00D	5.000,00D
CRESOL	200,00D	200,00D
OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES	5.016.350,92D	3.610.151,61D
DEPOSITO JUDICIAL	1.030,20D	1.030,20D
OUTROS	0,00	384,80C
PARCELAMENTOS DE CHEQUES	102,09D	102,09D
ATIVO FINANCEIRO DA PERMISSÃO	5.015.218,63D	3.609.404,12D

A partir de 2011, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo a OCPC 05. onde:

“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”

As obrigações especiais não são mais redutoras do ativo imobilizado regulatório, desde a versão do MCSE de 2015.

Desdobramos os valores do Ativo Imobilizado e Intangível, segregando em valor contábil, depreciação e valor residual.

a) Distribuição

Descrição	2020			Legislação Societária 2019
	Valor Contábil	Depreciação	Valor Residual	Valor Residual
Imobilizado em Serviço	13.194.297,76	(3.661.283,43)	9.533.014,33	896.138,73
Terrenos	108.500,00		108.500,00	114.000,00
Edif., Obras Civas e Benfeitorias	0,00	0,00	0,00	13.012,88
Máquinas E Equipamentos	12.116.954,70	(3.411.716,96)	8.705.237,74	946,51
Veículos	850.742,67	(198.514,73)	652.227,94	704.460,00
Móveis e Utensílios	118.100,39	(51.051,74)	67.048,65	63.719,34
Imobilizado Em Curso	(10.737.339,52)	3.411.716,96	(7.325.622,56)	0,00
Máquinas E Equipamentos	167.074,85		167.074,85	572.961,12
Material Em Depósito	1.212.540,33		1.212.540,33	760.138,83
Transferência ICPC 05	(12.116.954,70)	3.411.716,96	(8.705.237,74)	(1.333.099,95)
TOTAIS	2.456.958,24	(249.566,47)	2.207.391,77	896.138,73

b) Administração

Descrição	2020			Legislação Societária 2019
	Valor Contábil	Depreciação	Valor Residual	Valor Residual
Imobilizado em Serviço	2.122.860,63	(600.535,25)	1.522.325,38	1.668.504,54
Terrenos	625.675,20	0,00	625.675,20	652.000,00
Edif., Obras Civas e Benfeitorias	555.018,93	(18.275,51)	536.743,42	559.695,18
Máquinas E Equipamentos	182.151,37	(154.255,96)	27.895,41	32.511,77
Veículos	719.503,84	(395.213,15)	324.290,69	415.496,99
Móveis e Utensílios	40.511,29	(32.790,63)	7.720,66	8.800,60

Imobilizado Em Curso	2.639.883,37	0,00	2.639.883,37	4.354,87
Terrenos	900.000,00	0,00	900.000,00	0,00
Edif., Obras Civis e Benfeitorias	1.735.528,50	0,00	1.735.528,50	0,00
Máquinas E Equipamentos	4.354,87	0,00	4.354,87	4.354,87
TOTAIS	4.762.744,00	(600.535,25)	4.162.208,75	1.672.859,41

c) Intangível

Descrição	Valor Contábil	Legislação Societária		
		2020	2019	
		Depreciação	Valor Residual	Valor Residual
Ativo Intangível da Permissão	3.690.019,11		3.690.019,11	3.394.628,51
Software	15.460,97	(14.351,52)	1.109,45	1.109,45
Total	3.705.480,08	(14.351,52)	3.691.128,56	3.395.737,96

Está sendo aplicada a instrução do Conselho de Pronunciamentos Contábeis, ICPC01 e OCPC05. Transferindo os saldos no imobilizado para Ativo Financeiro e Intangível conforme calculo de depreciação estimada até o final do período de permissão.

NOTA 14 - FORNECEDORES

Os saldos referentes aos "Fornecedores" nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados:

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	408.156,60C	307.566,65C
CELESC S/A	408.156,60C	307.566,65C
MATERIAIS E SERVIÇOS	189.805,41C	49.327,94C
PREMEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA	53.580,00C	0,00
FECOERUSC - FEDER. DAS COOP.ELETR.RURAL SC	2.380,42C	6.114,03C
RADIO IMIGRANTES DE TURVO LTDA.	765,00C	0,00
CLEUSA CASAGRANDE PATEL.	0,00	9.360,00C
COML. ELETRICA SAO PEDRO	3.490,00C	1.519,80C
COMERCIAL ELETRICA SUL	0,00	323,47C
LEANDRO CRESTANI ME	0,00	4.450,00C
CONCRETUR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	0,00	9.310,00C
USEALL SOFTWARE LTDA	0,00	0,00
ITB EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA	0,00	0,00
SAMAE	112,25C	55,50C
RMGUIDARINI CONSULTORIA E REPRESENTAÇÕES LTDA	980,73C	0,00
INOVARUM TREINAMENTOS LTDA EPP	0,00	3.782,71C

SCHWANCK SCHWANCK C P A LTDA ME	350,00C	0,00
CLENICE GUETNER MORO MEI	135,00C	0,00
THOMSON REUTERS BRASIL CONTEUDO E TECNOLOGIA LTDA	302,54C	283,22C
SEVEN KEYS INFORMATICA EIRELE ME	1.545,85C	0,00
SUL PECAS E VEICULOS LTDA	0,00	250,00C
ELETRO JO MATERIAIS ELETRICOS LTDA	0,00	727,34C
METALURGICA MATIOLA LTDA	0,00	816,00C
SICOOB SC CORRETORA E ADMR DE SEGUROS S/A	0,00	3.685,87C
JANUARIO COMERCIO DE PEÇAS LTDA EPP	839,60C	0,00
HD ELETRO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA-ME	1.171,59C	1.150,00C
FLORISBELA ANTONIO MACHADO	5.500,00C	0,00
ANTONIO CARNIATO	0,00	7.500,00C
SOALUZ ELETROTECNICA LTDA-ME	75.712,05C	0,00
POLIMIX CONCRETO LTDA	5.720,74C	0,00
ALEXANDRE RIBEIRO PACHECO- EPP	25.000,00C	0,00
CERÂMICA ORVALHENSE LTDA	4.900,00C	0,00
ZANAC COM. E IND DE CONCRETOS LTDA	1.725,30C	0,00
KDM INDUSTRIA DE PRÉ MOLDADOS	3.447,34C	0,00
ATEX DO BRASIL LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA	2.147,00C	0,00
OUTROS	3.651,32C	2.979,55C
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	3.651,32C	2.979,55C
FORNECEDORES	601.613,33C	359.874,14C

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

No exercício de 2020, os saldos das Obrigações Sociais e Trabalhistas sofreram variação positiva quando comparados com o exercício anterior, as contas que causaram essa maior variação foram os ajustes de Provisão de Férias e Salários a Pagar, conforme demonstrado:

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
FOLHA DE PAGAMENTO LÍQUIDA	361.766,06C	361.657,75C
PROVISÃO DE ENCARGOS SOBRE FÉRIAS	75.035,66C	90.853,26C
SALÁRIOS A PAGAR	93.645,00C	82.784,51C
PRO LABORE A PAGAR	7.670,44C	7.154,17C
PROVISÃO PARA FÉRIAS	185.414,96C	180.865,81C
TRIBUTOS RETIDOS NA FONTE	35.503,30C	30.706,06C
INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO A PAGAR	14.577,76C	13.693,60C
IRRF SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO A PAGAR (0561)	19.093,61C	15.343,31C
IRRF SEM VINCULO EMPREGATÍCIO A PAGAR (0588)	1.831,93C	1.669,15C
CONSIGNAÇÕES EM FAVOR DA PERMISSIONÁRIA E/OU TERCEIROS	70,08C	870,78C
FOLHA DE PAGAMENTO	397.339,44C	395.136,72C

NOTA 16 – TRIBUTOS

No exercício de 2020, quando comparado com o anterior os saldos do grupo de Tributos apresentaram variação relevante por conta do parcelamento do PIS-COFINS, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
IMPOSTO DE RENDA	78.457,90C	57.186,18C
FGTS A PAGAR	16.028,15C	14.671,13C
INSS EMPRESA A PAGAR	46.265,10C	42.502,54C
IRRF SOBRE TERCEIROS A PAGAR (1708)	122,31C	12,51C
INSS A RECOLHER SOBRE OBRAS	16.042,34C	0,00
PIS	1.984,20C	1.842,73C
OUTROS	254,68C	52,59C
ICMS	567.122,28C	363.811,74C
PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS	427.641,21C	484.617,14C
TRIBUTOS	1.075.460,27C	907.510,38C

NOTA 17 – PROVISAO PARA LITIGIOS

Em 2020 os saldos de valores provisionados referentes a possíveis perdas oriundas de causas trabalhistas e cíveis:

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
CÍVEIS	25.000,00C	25.000,00C
CAUSA CÍVEIS	25.000,00C	25.000,00C
PROVISÃO PARA LITÍGIOS	25.000,00C	25.000,00C

NOTA 18 – ENCARGOS SETORIAIS

Os saldos dos Passivos referentes aos Encargos Setoriais dos exercícios de 2020 e 2019, estão demonstrados conforme segue:

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
F.N.D.C.T	706,35C	706,35C
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D	60.724,51C	54.349,98C
PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE	0,00	195.670,18C
DEMAIS ENCARGOS SETORIAIS	459.886,70C	484.318,72C
BANDEIRAS TARIFARIAS	295.302,78C	271.285,06C
CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - CDE	164.583,92C	213.033,66C
ENCARGOS SETORIAIS	521.317,56C	735.045,23C

NOTA 19 – OBRIGAÇÕES COM ASSOCIADOS

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
SOBRAS A DISTRIBUIR	290,36C	1.085,80C
CAPITAL SOCIAL A RESTITUIR	557.603,00C	559.935,02C
OBRIGAÇÕES COM ASSOCIADOS	557.893,36C	561.020,82C

NOTA 20 – OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	Legislação Societária	
Descrição	2020	2019
CONSUMIDORES	230.361,39C	217.576,93C
PAGAMENTO EM DUPLICIDADE	2.343,95C	2.136,89C
BÔNUS ITAIPU	762,76C	605,29C
CREDORES DIVERSOS MICROGERAÇÃO	227.254,68C	214.834,75C
OUTROS	714.916,00C	223.700,70C
HOSPITAL SÃO ROQUE	53.545,00C	11.465,00C
APAE	785,00C	873,00C
CONSUMIDORES - DEPÓSITOS	43.021,94C	43.021,94C
CONTRIBUIÇÃO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	33.461,27C	32.251,34C
ASSOC. COM. IRMÃ URSULA HEIDEMANN DE TURVO - SC	31.376,50C	31.613,00C
GÁVEA TENIS CLUBE	1.387,83C	1.537,50C
FINANCIAMENTO DE FUNCIONÁRIOS EM CONSIGNAÇÃO	2.489,10C	2.545,86C
PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	180,00C
OUTROS DÉBITOS/CRÉDITOS FATURA	6.605,60C	8.227,51C
PLANO DE SAÚDE SÃO JOSÉ	10.041,68C	10.329,69C
OUTRAS - EMPRESTIMO COMPULSÓRIO	807,70C	807,70C
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA-TFSEE	3.278,84C	5.749,02C
ADIANTAMENTO DE TERCEIROS	3.062,23C	3.062,23C
PROGRAMA ODONTOLÓGICO	0,00	150,00D
DEPOSITO NÃO IDENTIFICADO	6.773,81C	6.773,81C
COOPERJA ICMS	65.363,10C	65.363,10C
ACIJAM CÂMERAS DE VIGILÂNCIA	1.250,00C	50,00C
VALENTIM TUON	451.666,40C	0,00
OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES	945.277,39C	441.277,63C

Os saldos referentes aos demais créditos de Outros Passivos não Circulantes são compostos por créditos de entidades conveniadas que realizam cobrança de seus créditos através das faturas aos associados.

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO

Conforme determina a legislação regulatória, as receitas de ultrapassagem de demanda estão registradas no grupo de Obrigações Vinculadas a Concessão, conforme demonstrado:

	Legislação Societária	
Descrição	2020	2019
PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS	21.299,15C	21.299,15C
PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR	25.814,71C	25.814,71C
DOAÇÕES E SUBVENÇÕES	31.511,22C	0,00
ULTRAPASSAGEM DEMANDA	280.258,33C	251.765,14C
OBRIGAÇÕES VINCULADAS À PERMISSÃO	358.883,41C	298.879,00C

NOTA 22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Capital Social Integralizado está representado pela participação de 5.200 (cinco mil e duzentos) associados, atingindo o montante de R\$ 3.240.741,12 (três milhões, duzentos e quarenta mil, setecentos e quarenta e um reais e doze centavos) em 2020, e para 2019 R\$ 3.239.546,07 (três milhões, duzentos e trinta e nove mil, quinhentos e quarenta e seis reais e sete centavos).

b) Das Reservas

Descrição	Legislação Societária	
	2020	2019
RESERVA DE EQUALIZAÇÃO	59.020,88C	59.020,88C
FUNDO DE RESERVA LEGAL	1.472.267,20C	1.140.634,53C
FATES	493.857,76C	328.629,42C
FUNDO MANUT.APLIC. E MELHORIAS	8.885.974,83C	7.227.811,47C
REAVALIAÇÃO	1.544.771,61C	1.544.771,61C
TODAS DAS RESERVAS	12.455.892,28C	10.300.867,91C

c) Do Resultado a Disposição da AGO

A legislação cooperativista por meio da Lei 5.764/71 prevê a obrigatoriedade de criação de pelo menos dois fundos, são eles:

I - Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício;

II - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.

§ 1º Além dos previstos neste artigo, a Assembléia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

§ 2º Os serviços a serem atendidos pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social poderão ser executados mediante convênio com entidades públicas e privadas.

Além dos fundos legalmente constituídos, a CEJAMA tem o fundo estatutário referente a Manutenção, Ampliação, Melhorias e Geração constituído de 50% das sobras, conforme Art. 56 do Estatuto Social.

O resultado das operações com associados em 2019 alcançou a rubrica de R\$ 3.320.255,29, deste valor foram deduzidos as reservas legais e estatutárias, que somam R\$ 2.158.165,94, resultando para a deliberação da assembleia o valor de **R\$ 1.162.089,35.**

O resultado das operações com associados em 2020 alcançou a rubrica de R\$ 3.316.326,73, deste valor foram deduzidos as reservas legais e estatutárias, que somam R\$ 2.155.612,37, resultando para a deliberação da assembleia o valor de **R\$ 1.160.714,36**

Descrição	2020	2019
Resultado Operacional	3.316.326,73C	3.320.255,29C
Destinações Estatutárias	2.155.612,37D	2.158.165,94D
(-) Reserva Legal 10%	331.632,67D	332.025,53D
(-) FATES 5%	165.816,34D	166.012,76D
(-) Manutenção e Ampliação 50%	1.658.163,37D	1.660.127,65D
Sobras (Perdas) Líquidas do Período	1.160.714,36C	1.162.089,35C

NOTA 23 – INGRESSO/RECEITA OPERACIONAL

Os totais acumulados referentes às “Receitas”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	2020	2019
Fornecimento de Energia Elétrica	22.430.977,42	19.572.888,46
Residencial	4.438.831,81	3.955.222,36
Industrial	11.087.986,01	9.752.387,29
Comercial, Serviços e Outras Atividades	2.046.929,06	1.950.194,61
Rural	4.057.791,09	3.111.926,03
Poder Público	228.750,01	286.910,49
Iluminação Pública	470.483,31	446.484,45
Serviço Público	170.933,43	145.038,81
Fornecimento - Não Faturado	(42.234,11)	(21.632,54)
(-) Transferência p/ TUSD de Consumidores Cativos	(10.815.001,51)	(9.074.486,41)
Tarifa de Uso do Sistema De Distribuição - TUSD	10.786.508,32	9.020.843,37
Outras Receitas Operacionais	4.032.633,72	4.071.971,96
Outras Receitas	450.804,72	89.757,30
Serviço Taxado	76.967,05	525.176,95
Demais Receitas e Rendas	3.504.861,95	3.457.037,71
Total da Receita Operacional Bruta	26.463.611,14	23.644.860,42

NOTA 24 – DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

Os saldos referentes às “Deduções da Receita Operacional”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	2020	2019
(-) Impostos e Contr. sobre os Ingressos	(5.037.933,13)	(4.306.425,28)
(-) Encargos do Consumidor	(1.803.937,05)	(1.750.169,24)
Total Deduções da Receita	(6.841.870,18)	(6.056.594,52)

NOTA 25 – CUSTOS E DESPESAS

Os saldos referentes aos “Custos e Despesas”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	2020	2019
CUSTOS	(11.537.219,91)	(9.928.875,58)
(-) Dispêndios de Aquisição da Energia Elétrica	(11.537.219,91)	(9.928.875,58)
DESPESAS	(4.992.768,24)	(4.487.803,24)
(-) Pessoal e Administrativo	(2.470.656,20)	(2.497.094,10)
(-) Material	(267.054,51)	(275.815,56)
(-) Serviços de Terceiros	(673.006,27)	(698.161,28)
(-) Depreciações	(611.454,25)	(588.813,64)
(-) Seguros	(12.315,24)	(5.732,70)
(-) Despesas Tributárias	(62.059,98)	(24.890,67)
(-) Doações, Contribuições e Subvenções	(108.729,38)	(66.332,09)
(-) Provisão Para créditos de Liquidação Duvidosa	(57.149,67)	41.297,57
(-) Outras Despesas Operacionais	(730.342,74)	(372.260,77)

NOTA 26 – DETALHAMENTO DO RESULTADO FINANCEIRO

Os saldos referentes ao “Resultado Financeiro”, nos exercícios apresentados estão a seguir demonstrados.

Descrição	2020	2019
Receitas Financeiras	261.672,42	214.929,70
Rendas de Aplicação financeira	59.352,50	65.970,32
Acréscimo Moratório Fatura Energia	98.609,57	81.674,88
Outras Receitas Financeiras	67.713,23	48.204,31
Ganhos com participações Societárias	35.997,12	19.080,19
Despesas Financeiras	(37.098,50)	(66.261,49)
Tarifas Bancárias	(14.336,90)	(1.156,00)
Descontos Concedidos	(3.179,54)	(4.009,54)
Juros e Multas de Mora	(2.655,29)	(1.584,45)
Correção SELIC	(12.833,53)	(11.457,15)
Multas de Transito	0,00	(444,49)
Outras Despesas Financeiras	(4.093,24)	(47.609,86)
RESULTADO FINANCEIRO	224.573,92	148.668,21

NOTA 27 – PASSIVOS CONTINGENTES

A CEJAMA foi notificada pela Receita Federal em 05 de Dezembro de 2006 pela falta de recolhimento para o Programa Integração Social – PIS, e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, sobre a receita bruta, com base nas leis 9.715/98 e 9.718/98 alteradas parcialmente por Medidas Provisórias até a de nº 2158-35/2001, pelas Leis 10.637 de 30 de dezembro de 2002, 10.676 de 22 de maio de 2003 e 10.684 de 30 de maio de 2003, implementadas com a Instrução Normativa 145 da SRF de 09 de dezembro de 1999, 247 de 21 de novembro de 2002, e 358 de 09 de setembro de 2003, que estabeleceram que a contribuição para o PIS e a COFINS, são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado calculadas com base no faturamento a partir de 01 de fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores a partir de novembro de 1999.

A Cooperativa, através de sua assessoria jurídica, interpôs recurso junto a Delegacia da Receita Federal de Florianópolis SC, em 21 de Dezembro de 2006, requerendo nulidade total do Ato Fiscal. A administração da cooperativa entende que somente as operações praticadas com não associados geram receitas sujeitas a incidência de PIS e da COFINS. Como não pratica tais operações não possui receitas sujeitas ao pagamento das contribuições, eventuais efeitos contrários ao entendimento da administração serão integralmente reconhecidos no resultado do exercício na data da sua ocorrência tempestiva.

Em 18/04/2017 a CEJAMA foi notificada pela Receita Federal, mediante intimação 040/2017, referente ao processo 11516-003.532/2006-17 a pagar o valor do anexo do documento citado. Tendo em vista que o prazo para adesão ao PERT (Programa Especial de Recuperação Tributária) estava em vigor, a CEJAMA aderiu ao mesmo onde realizou pagamentos referentes à notificação citada, conforme Nota Explicativa 16 há o valor de R\$ 427.641,21 a ser recolhido de forma parcelada.


Angelo Valdati Neto
Presidente - CEJAMA


Adeodato Tramontin
Contador - CRC/SC 15.639
CPF: 520.617.609-53

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA
JACINTO MACHADO – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO - CEJAMA**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 24 de março de 2021.

HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953

Assinado de forma digital por
HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953
Dados: 2021.03.30 11:14:14 -03'00'

Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador –CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012



COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO

Relatório Anual Regulatório 2020

Jacinto Machado, abril de 2020

Demonstrações Contábeis em 31/12/2020 e 31/12/2019

Balço Patrimonial Regulatório

DESCRIÇÃO	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	6.821	7.117
Caixa e Equivalentes a Caixa	3.221	3.288
Consumidores, Concessionários e Permissionários	2.913	2.896
Serviços em Curso	36	280
Tributos Compensáveis	98	139
Almoxarifado	291	241
Ativos Financeiros Setoriais	7	8
Despesas pagas antecipadamente	23	5
Outros Ativos Circulantes	232	259
ATIVO NÃO CIRCULANTE	17.175	13.672
Tributos Compensáveis	439	233
Outros Ativos Não Circulantes	1	1
Bens e Atividades Não Vinculadas à Permissão	168	168
<i>Imobilizado</i>	16.564	13.267
Intangível	2	2
Total do Ativo	23.996	20.788
DESCRIÇÃO	2020	2019
PASSIVO CIRCULANTE	4.119	3.416
Fornecedores	602	360
Obrigações Sociais e Trabalhistas	397	395
Tributos	1.079	908
Encargos Setoriais	521	735
Provisão para Litígios	(9)	(9)
Passivos Financeiros Setoriais	25	25
Outros Passivos Circulantes	1.503	1.002
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	19.877	17.372
Obrigações Vinculadas a Concessão	359	299
PATRIMONIO LIQUIDO	19.518	17.073
Capital Social	2.991	2.990
Reservas de capital	10.589	8.434
Outros resultados abrangentes	3.710	4.582
Sobras a Disposição da Assembleia	2.229	1.068
Total do Passivo	23.996	20.788

Demonstrações Contábeis em 31/12/2020 e 31/12/2019

Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório

DESCRIÇÃO	2020	2019
Receita / Ingresso	26.013C	23.120C
Fornecimento de energia elétrica	11.715 C	10.498 C
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	10.787 C	9.074 C
Ativos e Passivos Regulatórios	0,00	0,00
Serviços cobráveis	0.077 C	0.090 C
Doações, contrib. e subvenções vinc. ao serviço concedido	3.434 C	3.457 C
Tributos	5.038 D	4.306 D
ICMS	5.034 D	4.304 D
ISS	0.004 D	0.002 D
Encargos - Parcela "A"	1.804 D	1.750 D
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	1.710 D	1.259 D
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	0.037 D	0.034 D
Outros encargos	0.057 D	0.457 D
Receita líquida / Ingresso líquido	19.171 C	17.063 C
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	11.537 D	9.929 D
Energia elétrica comprada para revenda	11.537 D	9.929 D
Resultado antes dos custos gerenciáveis	7.634 C	7.134 C
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	4.320 D	4.391 D
Pessoal e administradores	2.471 D	2.497 D
Material	0.267 D	0.276 D
Serviços de terceiros	0.673 D	0.698 D
Seguros	0.012 D	0.006 D
Doações, contribuições e subvenções	0.109 D	0.066 D
Provisões	0.057 D	0.041 C
(-) Recuperação de despesas	0.008 C	0.012 C
Tributos	0.062 D	0.025 D
Depreciação e amortização	0.611 D	0.858 D
Gastos diversos	0.066 D	0.018 D
Outras receitas operacionais	0.451 C	0.525 C
Outras despesas operacionais	0.673 D	0.366 D
Resultado da Atividade	3.092 C	2.903 C
Resultado Financeiro	0.225 C	0.149 C
Despesas financeiras	0.037 D	0.066 D
Receitas financeiras	0.262 C	0.215 C
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	3.316 C	3.051 C
Contribuição social	0,00	0,00
Imposto de renda	0,00	0,00
Resultado líquido do exercício	3.316 C	3.051 C
Destinações Estatutárias	2.156 D	1.983 D
FATES	0.166 D	0.153 D
Reserva Legal	0.332 D	0.305 D
Reserva de Manutenção e Ampliação	1.658 D	1.526 D
SOBRAS REGULATÓRIAS	1.161 C	1.068 C

Demonstrações Contábeis em 31/12/2020 e 31/12/2019

Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório

Eventos	Capital Social	Reservas de Capital					Sobras Regulatórias	Totais
		Reavaliação	Equalização	Legal	Fates	Fundo de Manutenção		
SALDO EM 31/12/2018	(3.566)	(4.659)	(59)	(786)	(229)	(5.454)	(533)	(15.286)
MUTAÇÕES EM 2019	576	78	0	(305)	(75)	(1.526)	(535)	(1.787)
Integralização de Capital	(18)						533	514
Capital a Realizar								0
Devolução de Capital	594							594
Incorporação das Sobras								0
Reversão de Reservas		78			78			156
Resultado do Exercício							(3.051)	(3.051)
Destinações				(305)	(153)	(1.526)	1.983	0
SALDO EM 31/12/2019	(2.990)	(4.582)	(59)	(1.091)	(304)	(6.980)	(1.068)	(17.073)
MUTAÇÕES EM 2020	(1)	872	0	(332)	(165)	(1.658)	(1.161)	(2.445)
Integralização de Capital	(6)							(6)
Capital a Realizar								()
Devolução de Capital	5							5
Incorporação das Sobras								0
Reversão de Reservas		872			1			873
Resultado do Exercício							(3.316)	(3.316)
Destinações				(332)	(166)	(1.658)	2.156	0
SALDO EM 31/12/2019	(2.991)	(3.710)	(59)	(1.423)	(469)	(8.638)	(2.229)	(19.518)

Demonstrações Contábeis em 31/12/2020 e 31/12/2019

Demonstrativo do Fluxo de Caixa Regulatório

Descrição	2020	2019
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	3.316.326,73	3.051.421,19
Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	3.316.326,73	3.051.421,19
2 - Ajuste Por	(585.682,85)	(81.759,34)
Reintegração Acumulada	34.606,82	125.987,56
(Aumento) ou Diminuição de Consumidores, Conces. e	(17.274,15)	(408.425,18)
(Aumento) ou Diminuição de Serviços em Curso	244.371,32	(273.587,58)
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	41.113,53	(49.913,38)
(Aumento) ou Diminuição de Almoxarifado	(50.073,40)	(67.756,27)
(Aumento) ou Diminuição de Ativos Financeiros Setoriais	1.634,14	(7.363,94)
(Aumento) ou Diminuição de Despesas pagas	(17.934,41)	14,24
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Circulantes	27.670,81	(20.437,61)
(Aumento) ou Diminuição de Tributos Compensáveis	(206.058,60)	(80.958,60)
(Aumento) ou Diminuição de Outros Ativos Não	(1.406.199,31)	(242.121,40)
(Diminuição) ou Aumento de Fornecedores	241.739,19	11.119,87
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Sociais e	2.202,72	133.672,34
(Diminuição) ou Aumento de Tributos	171.369,45	(37.017,44)
(Diminuição) ou Aumento de Encargos Setoriais	(213.727,67)	299.820,30
(Diminuição) ou Aumento de Passivos Financeiros	(3.127,46)	561.020,82
(Diminuição) ou Aumento de Outros Passivos Circulantes	503.999,76	(80.736,26)
(Diminuição) ou Aumento de Obrigações Vinc. a	60.004,41	54.923,19
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	2.730.643,88	2.969.661,85
4 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(2.796.304,80)	(748.157,47)
Ativo Imobilizado / Intangível	(2.797.499,85)	(766.385,46)
Integralização de Capital	1.195,05	18.227,99
5 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(588,00)	(936.091,59)
Utilização das Reservas	(588,00)	(77.995,11)
Reversão de Capital	0,00	(858.096,48)
6 - Variação no Caixa (3+4+5)	(66.248,92)	1.285.412,79
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(66.248,92)	1.285.412,79
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	3.287.711,26	2.002.298,47
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	3.221.462,34	3.287.711,26

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Agradecimentos

Findando o exercício social de 2020, queremos agradecer a DEUS, aos membros da Diretoria, e, estender esse agradecimento a todos os clientes, consultores, fornecedores, parceiros e demais envolvidos direta ou indiretamente em nossa política de qualidade, conforme segue: garantir o cumprimento da política da qualidade satisfazer as necessidades de nossos associados, envolver todos os colaboradores com a política da qualidade, atender os requisitos regulamentares, normativos e legislações pertinentes.

Nosso muito obrigado!

Jacinto Machado, 30 de abril de 2021.

A Administração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH –Pequenas Centrais Hidrelétricas, auto geradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de

Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial

de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa ajusta da anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2013. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2020	TOTAL 2019
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ devedores duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ devedores duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	até 90 dias	91 até 180 dias	181 até 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Consumidores														
ATIVO CIRCULANTE														
Consumidores	2.394	0	298	69	12	79	(98)	177	-	-	-	(18)	2.913	2.896
Fornecimento	1.865	0	296	69	12	79	(96)	177	-	-	-	(18)	2.384	2.338
Residencial	407	0	91	10	5	18	(33)	54	-	-	-	(5)	547	410
Industrial	800	0	5	0	0	45	(45)	64	-	-	-	(11)	858	1.110
Comercial	208	0	26	1	2	5	(7)	13	-	-	-	0	248	194
Rural	449	0	174	58	5	11	(11)	46	-	-	-	(2)	730	582
Poder Público	1	0	0	0	0	0	0		-	-	-	0	1	9
Iluminação Pública	0	0	0	0	0	0	0		-	-	-	0	0	33
Serviço Público		0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	0	0	0
Serviço Taxado	6	0	2	0	0	0	(1)	-	-	-	-	0	7	7
Renda não faturada	475	0						-	-	-	-	0	475	517
Participação Financeira	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	0	0	0
Outros Créditos	46	0	0	0	0	0	(1)	-	-	-	-	0	45	32
Arrecadação Processo Classificação	2	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	0	2	2

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- (a) Análise individual do saldo de cada consumidor, obtendo um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento;

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rencia (C)	Valor bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Distribuição	17.871	2.782	(1.113)	-	19.540	1.669	(7.438)	12.101	11.348
Terrenos	11	6	(6)	-	11	-	-	11	11
Edificações, obras civis e benfeitorias	17	17	(17)	-	17	-	(1)	16	16
Máquinas e equipamentos	17.207	2.718	(1.090)	-	18.835	1.628	(7.135)	11.699	10.897
Veículos	532	26	-	-	558	26	(251)	307	360
Móveis e utensílios	104	14	-	-	118	14	(51)	67	64
Administração	1.234	61	(233)	-	1.062	(172)	(619)	443	582
Terrenos	97	4	(26)	-	75	(23)	-	75	97
Edificações, obras civis e benfeitorias	169	21	(149)	-	41	(128)	(32)	10	29
Máquinas e equipamentos	186	3	(4)	-	185	(1)	(155)	30	34
Veículos	736	33	(49)	-	720	(16)	(400)	320	411
Móveis e utensílios	45	1	(5)	-	41	(4)	(33)	9	9
Subtotal	19.105	2.843	(1.346)	-	20.602	1.497	(8.058)	12.544	11.929
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rencia (C)	Valor bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Distribuição	1.333	5.518	(5.472)	-	1.380	47	-	1.380	1.333
Máquinas e equipamentos	576	2.152	(2.560)	-	167	(408)	-	167	576
Outros	758	3.366	(2.911)	-	1.213	455	-	1.213	758
Administração	4	2.669	(33)	-	2.640	2.636	-	2.640	4
Máquinas e equipamentos	4	-	-	-	4	-	-	4	4
Outros	(0)	2.669	(33)	-	2.635	2.636	-	2.635	(0)
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.337	8.187	(5.505)	-	4.019	2.682	-	4.019	1.337
Total do Ativo Imobilizado	20.443	11.030	(6.851)	-	24.621	4.179	(8.058)	16.564	13.267

- (b) Experiência da administração da cooperativa em relação às perdas efetivas com consumidores, considerando o histórico de perdas, com parâmetro nos dois últimos anos;
- (c) Existência de garantias reais;
- (d) Análise das contas vencidas e a vencer de consumidores que tenham renegociado seus débitos;
- (e) Análise dos devedores em situação de concordata e/ou falência.

Para os demais casos, foram incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa os valores totais dos créditos enquadrados nas seguintes situações:

- (a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- (b) Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- (c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

5. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transfere- ncia (C)	Reava- liação	Valor bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Ativo Intangível em Serviço										
Administração	15	-	-	-	-	15	-	(13)	2	2
Softwares	15	-	-	-	-	15	-	(13)	2	2
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	15	-	-	-	-	15	-	(13)	2	2
Total do Ativo Intangível	15	-	-	-	-	15	-	(13)	2	2

A composição do intangível é como segue:

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	17.207	2.718	(1.090)	-	-	18.835	1.628
Transformador de Distribuição	3.120	370	(130)	-	-	3.360	240
Medidor	690	80	(50)	-	-	720	30
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	2.720	800	(20)	-	-	3.500	780
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	2.100	1.130	(110)	-	-	3.120	1.020
Redes Alta Tensão (69 kV)	470	-	-	-	-	470	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	30	-	-	-	-	30	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	8.077	338	(780)	-	-	7.635	(442)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	290	60	-	-	-	350	60,00
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	290	60	-	-	-	350	60,00

Taxa média de depreciação:

	2020			
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido
Em serviço				
Distribuição	7,98%	19.540	(7.438)	12.101
Custo histórico	-	19.540	(7.438)	12.101
Correção monetária especial	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-
Administração	4,19%	1.062	(619)	443
Custo histórico	-	1.062	(619)	443
Correção monetária especial	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-
	0	20.602	(8.058)	12.544
Em curso				
Distribuição	-	1.380	-	1.380
Administração	-	2.640	-	2.640
Comercialização	-	-	-	-
	-	4.019	-	4.019
	0	24.621	(8.058)	16.564

Adições do Ativo Imobilizado em Curso:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Outros Gastos	Total
Terrenos			900		900
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		1.735			1.735
Máquinas e Equipamentos	1.482	294	312	65	2.153
Veículos	33				33
Móveis e Utensílios	12				12
Material em Depósito	1.824				1.824
Compras em Andamento	1.530				1.530
Total das Adições	4.881	2.029	1.212	65	8.187

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL no367 de 02/06/2009, são as seguintes:

Distribuição	Taxas Anuais de Depreciação (%)
Banco de capacitores	5,0%
Chave de distribuição	6,7%
Condutor do sistema	5,0%
Estrutura do sistema	5,0%
Regulador de tensão	4,8%
Transformador de Força	2,5%
Transformador de Distribuição	5,0%
Administração	
Veículos	14,29%
Edificações	4,0%

Equipamento Geral	10,0%
Equipamento Geral de Informática	10,0%
Software	20,0%
Urbanizações e Benfeitorias	4,0%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais **adições** (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Material	Valor R\$ - Mil
POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 12/300 - U	111,20
REGULADOR DE TENSÃO 13,8KV 414KVA 300A MONOFASICO - R	90,37
POSTE DUPLO T DE CONCRETO 11/300 - R	67,03
CONDUTOR DE ALUMINIO-LIGA ISOLADO - XLPE 3x1x50mm+50mm - U	55,52
TRANSF. DE DISTRIBUIÇÃO 13,8KV 380/220V 30KVA TRIFASICO - R	45,64
TRANSF. DE DISTRIBUIÇÃO 13,8KV 380/220V 75KVA TRIFASICO - U	40,05
CABO DE ALUMINIO 15 KV 50MM - XLPE	36,14
CONDUTOR DE ALUMINIO CA NU 2 AWG - R	34,33
MEDIDOR TRIFASICO - ELETRONICO	32,50
MEDIDOR ELETRONICO SAGA 1500 RURAL	30,21

As dez principais **baixas** (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Material	Valor R\$ / mil
TRANSF. DE DISTRIBUIÇÃO 13,8KV 380/220V 75KVA TRIFASICO - U	54,31
CONDUTOR DE ALUMINIO CA NU 4 AWG - R	42,80
POSTE CIRCULAR DE MADEIRA 10 M MEDIO - R	34,92
POSTE CIRCULAR DE MADEIRA 8 M MEDIO - R	34,69
POSTE CIRCULAR DE MADEIRA 9 M MEDIO - R	22,62
POSTE DUPLO T DE CONCRETO 10/150 - R	21,14
TRANSF. DE DISTRIBUIÇÃO 7,96KV 440/220V 10KVA MONOFASICO - R	20,62
TRANSF. DE DISTRIBUIÇÃO 13,8KV 380/220V 15KVA TRIFASICO - R	19,76
POSTE DUPLO T DE CONCRETO 10/150 - U	17,85
TRANSF. DE DISTRIBUIÇÃO 13,8KV 380/220V 45KVA TRIFASICO - R	16,29

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia Elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais

incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 28 de setembro de 2019 a 28 de setembro de 2020, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

ii) Sobre contratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

Os componentes financeiros presentes nestes processos tarifários são decorrentes dos seguintes ajustes financeiros.

- i. PIS/Cofins na compra de energia e no encargo de uso do sistema de distribuição;
- ii. Neutralidade dos encargos setoriais na Parcela A;
- iii. Repasse para compensação por descontinuidade;
- iv. Subvenção Baixa Densidade de Carga;
- v. Retenção adicional de Bandeiras Tarifárias;
- vi. Ajuste CUST;
- vii. Ressarcimento P&D;
- viii. Ajustes relativos a processos anteriores; e
- ix. Ajustes dos financeiros de setembro em função da prorrogação das tarifas (TE e TUSD).

No cálculo da neutralidade dos Encargos setoriais da Parcela A foi considerado o recálculo da neutralidade de CDE e PROINFA de anos anteriores

Os custos da Parcela A representam 65,73% da receita econômica da Permissionária. O aumento dos custos relativos a essa parcela representa 23,11% da variação econômico financeira da Cejama.

Com relação à Parcela B, sua participação no reajuste tarifário é de 34,27% da Receita, resultando num efeito de (16,70%) na variação econômico financeira da tarifa vigente.

Ao resultado da variação econômica, de (5,63%)7%, foram retirados os componentes financeiros devidos no total de (13,18%), contribuindo com o efeito final de 7,6% sobre as tarifas de energia elétrica vigentes para a Cejama.

7. Empréstimos e Financiamentos

A CEJAMA não movimentou ou adquiriu nenhuma operação financeira nos exercícios de 2020 e 2019.

8. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

As operações com consumidores nos exercícios de 2020 e 2019 foram realizadas apenas com associados, desta forma, não gerando fato gerador para base de cálculo de IRPJ e CSL.

9. Provisão para litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outros	Total
Saldos em 31/12/2019		25			25
Constituição					
Baixas/reversão					
Atualização					
Saldos em 31/12/2020		25			25

10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue:

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2020
Em curso	252	29		(1)		280
Participação da União, Estados e Municípios						
Participação Financeira do Consumidor						
Programa de Eficiência Energética - PEE						
Pesquisa e Desenvolvimento						
Valores Pendentes de Recebimento						
Valores Não Aplicados						
Outros	252	29		(1)		280
Ultrapassagem de demanda	252	29		(1)		280
Excedente de reativos						
Diferença das perdas regulatórias						
Outros						
Total	252	29		(1)		280

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 representa R\$ 2.992 mil e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Cooperados – Não Cooperados	Valor R\$
Cooperados	2.992 mil

Reservas de Capital

Descrição	2020	2019
Reserva de Equalização	59	59
Fundo de Reserva Legal	1.423	1.091
FATES	469	304
Fundo Manutenção e Melhorias	8.638	6.980
Total	10.589	8.434

A reserva legal é constituída com base em 10% do lucro líquido do exercício pela legislação societária, o fundo de manutenção e aplicação e melhorias com base em 50% e FATES de 5% das sobras.

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Fornecimento - Faturado	5.531	5.467	36.346	34.073	22.502	19.647
Residencial	3.019	2.950	6.005	5.713	4.439	3.955
Industrial	61	65	19.638	18.099	11.088	9.752
Comercial	466	461	2.560	2.631	2.047	1.950

Rural	1.800	1.813	6.623	6.019	4.058	3.112
Poder público	53	56	280	380	229	287
Iluminação pública	127	116	1.015	1.016	470	446
Serviço público	5	6	225	215	171	145
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						
(-) Transferências	-	-	-	-	0,00	0,00
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-			(42)	22
Serviços Cobráveis					3.504	3.547
Subvenções vinculadas ao serviço concedido						
Total	5.531	5.467	36.346	34.073	25.964	23.216

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE

Nos exercícios de 2020 e 2019, a Outorgada não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

14. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2020	2019
Pessoal	2.232	2.258
Remuneração	1.236	1.293
Encargos	691	706
Previdência privada	54	-
Despesas rescisórias	4	7
Outros	247	252
Administradores	239	239
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	239	239
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	2.471	2.497

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A CEJAMA, operou nos exercícios de 2020 e 2019, apenas com consumidores associados, e nas apurações, não houve base de cálculo para aplicação das alíquotas de imposto de renda e contribuição social.

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Deixamos de apresentar a Demonstração do Resultado do Exercício Segregado por atividade e simplificada devido sermos uma empresa

Permissionária na qual possui apenas as atividades de Distribuição (D) e Administração.

17 Revisão Tarifária Periódica e Reajuste Tarifário

Os Contratos de Permissão têm por objetivo a regulação da exploração, pela permissionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Estes Contratos preveem a periodicidade dos processos tarifários que podem ser do tipo: Reajuste Tarifário Anual ou Revisão Tarifária Periódica. Os Reajustes ocorrem anualmente, nas datas de aniversário contratual, exceto quando acontece as Revisões a cada 4 anos.

A Resolução Normativa 704, de 22 de março de 2016, aprovou o Submódulo 8.4 e a revisão dos Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que definem as regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e minuta de termo aditivo ao contrato de permissão.

Pela nova regra, as permissionárias poderiam optar por assinar novo termo aditivo ao contrato de permissão ficando livres para definirem a Parcela B seguindo a metodologia do PRORET 8.4 ou continuar com tarifas calculadas conforme o PRORET 8.1.

Para o cálculo tarifário, a receita anual da permissionária é dividida em duas parcelas: a "Parcela A", formada pelos custos relacionadas às atividades de geração e transmissão de energia, além dos encargos setoriais; e a "Parcela B", formada por custos diretamente gerenciáveis pela permissionária, próprios da atividade de distribuição.

O cálculo tarifário também compreende o cálculo dos componentes financeiros, que não compõem a Parcela A e B da permissionária, mas que são acrescentados ou subtraídos das tarifas finais pagas pelos consumidores para compensação nos 12 (meses) subsequentes ao reajuste tarifário em processamento.

Processo tarifário	DRA (R\$)	DRP (R\$)	Variação	Participação no processo tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	2.270.077,89	2.286.876,05	0,74%	0,07%	9,57%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	39.626,42	39.346,09	-0,71%	0,00%	0,16%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.889.935,77	1.975.007,08	4,50%	0,38%	8,27%
PROINFA	340.515,70	272.522,88	-19,97%	-0,30%	1,14%
ENERGIA COMPRADA	7.261.260,88	10.355.155,23	42,61%	13,70%	43,34%
Energia	7.261.260,88	10.355.155,23	42,61%	13,70%	43,34%
TRANSPORTE DE ENERGIA	3.224.252,89	3.061.824,63	-5,04%	-0,72%	12,82%
Uso do sistema de distribuição	3.224.252,89	3.061.824,63	-5,04%	-0,72%	12,82%
Total de Parcela A	12.755.591,66	15.703.855,91	23,11%	13,05%	65,73%
Total de Parcela B	9.829.375,57	8.187.898,00	-16,70%	-7,27%	34,27%
Variação econômica				5,79%	
COMPONENTES FINANCEIROS				Participação	
Repasse de PIS COFINS		459.302,91		2,03%	
Neutralidade Encargos Setoriais		(210.622,39)		-0,93%	
Compensação DIC FIC		(6.770,54)		-0,03%	
Subvenção CDE		(2.469.356,19)		-10,93%	
Retenção de Adicionais de Bandeiras Tarifárias		(350.774,19)		-1,55%	
Total Financeiros	-	2.578.220,41		-11,42%	
Variação econômica e financeira				-5,63%	
Retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior				13,18%	
Efeito da alteração dos descontos tarifários subsidiados pela CDE				0,05%	
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores				7,60%	

Os processos tarifários das permissionárias com data de aniversário contratual em 30/09/2020 conduziram ao seguinte resultado:

Permissionária	Alta Tensão	Baixa Tensão	Efeito Médio
CEJAMA	5,63%	9,74%	7,60%

O período de referência para o cálculo dos processos tarifários das permissionárias, ora em análise, é de setembro de 2019 a agosto de 2020.

Encargos Setoriais

Os encargos setoriais, oriundos das políticas de governo para o setor elétrico, possuem finalidades específicas e são definidos em legislação própria³. Seus valores são estabelecidos pela ANEEL e não representam ganhos de receita para a permissionária. Os encargos são;

- i. Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE,
- ii. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE;
- iii. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa.

A cobertura tarifária para o encargo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE é calculada pela multiplicação do mercado de energia da permissionária (MWh) verificado no período de referência, pelos custos da CDE (R\$/MWh) por nível de tensão, descontado os montantes das unidades consumidores classificadas na Subclasse Residencial Baixa Renda.

A cobertura tarifária relativa à quota de custeio do Proinfa é pela multiplicação do mercado de energia da permissionária (MWh), verificado no período de

referência, descontando os valores da Subclasse Residencial Baixa Renda, pelo custo do Proinfa (R\$/MWh).

TFSEE	CDE	PROINFA	TOTAL
39.346,09	1.975.007,08	272.522,88	2.286.876,05

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	2020			2019		
	Societário	Ajuste CPC	Regulatório	Societário	Ajuste CPC	Regulatório
	Ativo circulante	6.820.875,44	(12,37)	6.820.887,81	7.116.632,20	(12,37)
Caixa e equivalentes de caixa	3.221.462,34		3.221.462,34	3.287.711,26		3.287.711,26
Consumidores	2.913.119,06		2.913.119,06	2.895.844,91		2.895.844,91
Serviços em curso	35.604,74		35.604,74	279.976,06		279.976,06
Tributos compensáveis	98.133,97		98.133,97	139.247,50		139.247,50
Almoxarifado operacional	291.415,45		291.415,45	241.342,05		241.342,05
Ativos regulatórios	6.757,16	(12,37)	6.769,53	8.391,30	(12,37)	8.403,67
Despesas pagas antecipadamente	22.710,24		22.710,24	4.775,83		4.775,83
Outros ativos circulantes	231.672,48		231.672,48	259.343,29		259.343,29
Ativo não circulante	15.684.819,89	(1.489.792,70)	17.174.612,59	11.309.668,95	(2.361.854,66)	13.671.523,61
Tributos compensáveis	439.453,12		439.453,12	233.394,52		233.394,52
Outros ativos não circulantes	5.016.350,92	5.015.218,63	1.132,29	3.610.151,61	3.609.404,12	747,49
Bens e atividades não vinculadas à concessão	168.286,77		168.286,77	168.286,77		168.286,77
Imobilizado	6.369.600,52	(10.193.969,34)	16.563.569,86	3.902.098,09	(9.364.826,19)	13.266.924,28
Intangível	3.691.128,56	3.688.958,01	2.170,55	3.395.737,96	3.393.567,41	2.170,55
TOTAL DO ATIVO	22.505.695,33	(1.489.805,07)	23.995.500,40	18.426.301,15	(2.361.867,03)	20.788.168,18
Passivo circulante	4.127.374,81	8.654,29	4.118.720,52	3.424.864,92	8.654,29	3.416.210,63
Fornecedores	601.613,33		601.613,33	359.874,14		359.874,14
Obrigações sociais e trabalhistas	397.339,44		397.339,44	395.136,72		395.136,72
Tributos	1.078.933,73		1.078.933,73	907.510,38		907.510,38
Encargos setoriais	521.317,56		521.317,56	735.045,23		735.045,23
Passivos regulatórios	-	8.654,29	(8.654,29)	-	8.654,29	(8.654,29)
Provisão para Litígios	25.000,00		25.000,00	25.000,00		25.000,00
Outros passivos circulantes	1.503.170,75		1.503.170,75	1.002.298,45		1.002.298,45
Passivo não Circulante	18.378.320,52	(1.498.459,36)	19.876.779,88	15.001.436,23	(2.370.521,32)	17.371.957,55
Obrigações vinculadas à concessão	358.883,41		358.883,41	298.932,90		298.932,90
Patrimônio Líquido	18.019.437,11	(1.498.459,36)	19.517.896,47	14.702.503,33	(2.370.521,32)	17.073.024,65
Capital Social	3.240.741,12	249.747,77	2.990.993,35	3.239.546,07	249.747,77	2.989.798,30
Reservas de capital	10.911.120,67	322.504,91	10.588.615,76	8.756.096,30	322.504,91	8.433.591,39
Outros resultados abrangentes	1.544.771,61	(2.164.803,97)	3.709.575,58	1.544.771,61	(3.036.865,93)	4.581.637,54
Sobras à disposição da Assembleia	2.322.803,71	94.091,93	2.228.711,78	1.162.089,35	94.091,93	1.067.997,42
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.505.695,33	(1.489.805,07)	23.995.500,40	18.426.301,15	(2.361.867,03)	20.788.168,18

	31/12/2020			31/12/2019		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Receita / Ingresso	26.012.806,42C		26.012.806,42C	23.119.683,47C		23.119.683,47C
Fornecimento de energia elétrica	11.715.196,40C	0,00	11.715.196,40C	10.498.402,05C	0,00	10.498.402,05C
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	10.786.508,32C	0,00	10.786.508,32C	9.074.486,41C	0,00	9.074.486,41C
Ativos e Passivos Regulatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços cobráveis	76.967,05C	0,00	76.967,05C	89.757,30C	0,00	89.757,30C
Doações, contrib. e subvenções vinc. ao serviço concedido	3.434.134,65C	0,00	3.434.134,65C	3.457.037,71C	0,00	3.457.037,71C
Tributos	5.037.933,13D		5.037.933,13D	4.306.425,28D		4.306.425,28D
ICMS	5.034.016,01D	0,00	5.034.016,01D	4.303.935,06D	0,00	4.303.935,06D
ISS	3.917,12D	0,00	3.917,12D	2.490,22D	0,00	2.490,22D
Encargos - Parcela "A"	1.803.937,05D		1.803.937,05D	1.750.169,24D		1.750.169,24D
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		0,00		0,00	0,00	0,00
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	1.709.886,50D	0,00	1.709.886,50D	1.258.625,94D	0,00	1.258.625,94D
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	37.413,38D	0,00	37.413,38D	34.348,52D	0,00	34.348,52D
Outros encargos	56.637,17D	0,00	56.637,17D	457.194,78D	0,00	457.194,78D
Receita líquida / Ingresso líquido	19.170.936,24C		19.170.936,24C	17.063.088,95C		17.063.088,95C
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	11.537.219,91D		11.537.219,91D	9.928.875,58D		9.928.875,58D
Energia elétrica comprada para revenda	11.537.219,91D	0,00	11.537.219,91D	9.928.875,58D	0,00	9.928.875,58D
Resultado antes dos custos gerenciáveis	7.633.716,33C		7.633.716,33C	7.134.213,37C		7.134.213,37C
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	4.320.043,12D		4.320.043,12D	4.121.789,99D		4.390.624,09D
Pessoal e administradores	2.470.656,20D	0,00	2.470.656,20D	2.497.094,10D	0,00	2.497.094,10D
Material	267.054,51D	0,00	267.054,51D	275.815,56D	0,00	275.815,56D
Serviços de terceiros	673.006,27D	0,00	673.006,27D	698.161,28D	0,00	698.161,28D
Arrendamentos e aluguéis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Seguros	12.315,24D	0,00	12.315,24D	5.732,70D	0,00	5.732,70D
Doações, contribuições e subvenções	108.729,38D	0,00	108.729,38D	66.332,09D	0,00	66.332,09D
Provisões	57.149,67D	0,00	57.149,67D	41.297,57C	0,00	41.297,57C
(-) Recuperação de despesas	8.367,03C	0,00	8.367,03C	11.536,16C	0,00	11.536,16C
Tributos	62.059,98D	0,00	62.059,98D	24.890,67D	0,00	24.890,67D
Depreciação e amortização	611.454,25D	0,00	611.454,25D	588.813,64D	268.834,10C	857.647,74D
Gastos diversos	65.984,65D	0,00	65.984,65D	17.783,68D	0,00	17.783,68D
Outras receitas operacionais	450.804,72C		450.804,72C	525.176,95C		525.176,95C
Outras despesas operacionais	672.725,12D		672.725,12D	366.013,25D		366.013,25D
Resultado da Atividade	3.091.752,81C		3.091.752,81C	3.171.587,08C		2.902.752,98C
Resultado Financeiro	224.573,92C		224.573,92C	148.668,21C		148.668,21C
Despesas financeiras	37.098,50D	0,00	37.098,50D	66.261,49D	0,00	66.261,49D
Receitas financeiras	261.672,42C	0,00	261.672,42C	214.929,70C	0,00	214.929,70C
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	3.316.326,73C		3.316.326,73C	3.320.255,29C		3.051.421,19C
Contribuição social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do exercício	3.316.326,73C		3.316.326,73C	3.320.255,29C		3.051.421,19C

18.1. Consumidores

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.3. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação à reavaliação regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação à reavaliação regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se à reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

DESCRIÇÃO	2020	2019
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	3.316	3.320
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória		(269)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis		
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	3.316	3.051

19. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis

especificas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.


Angelo Valdati Neto
Presidente - CEJAMA


Adeodato Tramontin
Contador - CRC/SC 15.639
CPF: 520.617.609-53

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos

Srs. Associados e Administradores da

COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA

Jacinto Machado - SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

A **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA** elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA** com data de 24 de março de 2021.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO – CEJAMA** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 23 de abril de 2021.

HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953

Assinado de forma digital por
HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953
Dados: 2021.05.07 09:42:18 -03'00'

Hermenegildo João Vanoni

Sócio Responsável – Contador–CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S

CRC-SC 4.012